



Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Departamento de Jornalismo

Projeto Experimental em Jornalismo

Prof.^a Orientadora: Dra Maria Leticia Renault C. de Abreu e Souza

O REPÓRTER SEM ROSTO

**ANÁLISE DO TRABALHO DO JORNALISTA EDUARDO FAUSTINI COM O USO
DA CÂMERA OCULTA EM REPORTAGENS INVESTIGATIVAS NO PROGRAMA
FANTÁSTICO, DA REDE GLOBO**

ISABELLA DOS SANTOS CALZOLARI CARNEIRO

10/0105637

Brasília – DF

Dezembro/2014



Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Departamento de Jornalismo
Projeto Experimental em Jornalismo

O REPÓRTER SEM ROSTO
ANÁLISE DO TRABALHO DO JORNALISTA EDUARDO FAUSTINI COM O USO
DA CÂMERA OCULTA EM REPORTAGENS INVESTIGATIVAS NO PROGRAMA
***FANTÁSTICO*, DA REDE GLOBO**

ISABELLA DOS SANTOS CALZOLARI CARNEIRO

10/0105637

Monografia apresentada à Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo, sob orientação da professora Dra. Maria Leticia Renault Carneiro de Abreu e Souza.

Brasília – DF
Dezembro/2014



**O REPÓRTER SEM ROSTO: ANÁLISE DO TRABALHO DO JORNALISTA
EDUARDO FAUSTINI COM O USO DA CÂMERA OCULTA EM REPORTAGENS
INVESTIGATIVAS NO PROGRAMA *FANTÁSTICO*, DA REDE GLOBO**

ISABELLA DOS SANTOS CALZOLARI CARNEIRO

10/0105637

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Maria Letícia Renault C. de Abreu e Souza
Orientadora

Prof.^a Dra. Dione de Oliveira Moura
Membro

Prof.^a Dra. Lavina Madeira Ribeiro
Membro

Prof. Carlos Henrique Novis
Suplente

Brasília, 2 de Dezembro de 2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me abençoar e iluminar meus pensamentos e minha caminhada. Agradeço a Ele por sempre me manter equilibrada e por não deixar que eu me desesperasse.

Agradeço especialmente ao jornalista Eduardo Faustini por ter me cedido parte de seu tempo e me dado a honra de entrevistá-lo por telefone. Agradeço por ser tão simpático e humilde.

Agradeço aos meus pais, Rogério Calzolari e Cláudia Calzolari por sempre apoiarem minhas decisões, independente de concordarem ou não. Agradeço pela paciência e esforço em sempre me deixar feliz.

Agradeço ao meu namorado Thiago pelo companheirismo, por todos os momentos de felicidade, tranquilidade, amor e carinho e por sempre me acalmar.

Agradeço à minha irmã, Gabriella Calzolari pelos conselhos, por ser tão carinhosa comigo e demonstrar tanto amor. Agradeço ao meu cunhado Alexandre por sempre tranquilizar a minha irmã e assim manter a harmonia da casa.

Agradeço à Dona Ivone, por me acalmar com sua comida deliciosa e seu carinho de segunda mãe.

Agradeço ao meu amigo Gabriel Luiz pela ajuda na captação das reportagens analisadas neste trabalho. Obrigada por ser tão bom em tecnologia.

Agradeço à Myriam e ao Wilson por me ajudarem e serem tão bons comigo.

Agradeço a todas as minhas amigas e amigos que também estão ou não neste momento único na nossa vida de elaboração da monografia por seguirem confiantes e me passarem confiança. Este é um momento que achamos difícil, mas que mais tarde nos lembraremos com saudades.

Agradeço aos funcionários da Faculdade de Comunicação, em especial ao Rogério por ser tão prestativo com todos os alunos. Agradeço também à professora Dione, à professora Lavina e ao professor Caíque por terem aceitado participar da minha banca.

Por último, agradeço imensamente à minha orientadora, Letícia Renault, pela ajuda, disponibilidade, por ser tão inteligente e gostar tanto do que faz. Obrigada pela paciência e pela colaboração. Sem você este trabalho não seria o mesmo. Agradeço, também, principalmente, por ter me apresentado ao telejornalismo e por ter me instigado a pensar.

“Toda reportagem que sai num jornal deve ter algum propósito social: criar mais liberdade, defender idéias, fazer críticas, melhorar a situação dos menos privilegiados.”

Ben Bradlee, editor do *The Washington Post*

RESUMO

Este estudo tem por objetivo discutir o trabalho telejornalístico do jornalista Eduardo Faustini, que ao produzir reportagens investigativas exibidas no programa *Fantástico*, pela Rede Globo, utiliza recursos como a câmera oculta e a infiltração jornalística para conseguir registrar condutas ilícitas. A intenção deste trabalho é abordar a importância da câmera oculta em reportagens do telejornalismo que denunciem atos tipificados como crime e compreender o processo de utilização deste recurso na reportagem investigativa. Neste estudo aborda-se a técnica de infiltração no sentido de quando ela é realizada por repórteres investigativos que se inserem no contexto da reportagem. Os repórteres muitas vezes se infiltram por meio de disfarces e também observando os fatos ao redor do local em que está sendo apurada a denúncia. A partir da análise de quatro reportagens investigativas produzidas por Eduardo Faustini, este trabalho discute e reflete se o uso da câmera oculta na reportagem investigativa do telejornalismo é legítimo quando utilizado como única estratégia capaz de registrar condutas ilícitas em condições extremas que irão denunciar questões de interesse público. As chefias imediatas poderiam optar por não fazer tal reportagem quando ela só pudesse ser feita com o uso do recurso. Para tal, o trabalho percorre, no caso específico das reportagens produzidas pelo jornalista Eduardo Faustini, um caminho teórico metodológico em que se discutem os seguintes conceitos: diferenças entre o jornalismo investigativo do fazer jornalismo diário, a matéria jornalística da reportagem, a força da imagem no telejornalismo e um breve histórico sobre o uso da câmera oculta na reportagem investigativa.

Palavras-chave: Telejornalismo. Jornalismo investigativo. Câmera oculta. Infiltração. Eduardo Faustini.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
ESCOLHA DO TEMA	12
1. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	16
1.1 JORNALISMO DIÁRIO E REPORTAGEM INVESTIGATIVA	16
1.2 INÍCIO DO JORNALISMO INVESTIGATIVO	17
1.3 DENÚNCIA E APURAÇÃO	19
1.4 TELEJORNALISMO INVESTIGATIVO	20
1.5 A FORÇA DA IMAGEM NO TELEJORNALISMO	24
1.5.1 A Câmera Oculta no Telejornalismo	25
1.6 TÉCNICAS DE PESQUISA.....	30
2. EDUARDO FAUSTINI	32
2.1 O REPÓRTER SEM ROSTO	33
2.2 PREPARAÇÃO E DOMÍNIO	36
3. ANÁLISE DAS REPORTAGENS	38
3.1 DESCRIÇÃO DO <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE	38
3.1.1 Corrupção em São Gonçalo – 21 de abril de 2002	38
3.1.2 Fraude nas Bombas de Combustível - 8 de janeiro de 2012	41
3.1.3 Corrupção em Repartição Pública - 18 de março de 2012	45
3.1.4 Máfia da Venda de Túmulos em Cemitérios do Rio de Janeiro - 7 de julho de 2013	49
3.2 ANÁLISE	54
3.2.1 ENCENAÇÃO	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	62
REFERENCIAL EM FONTES ELETRÔNICAS	62
<i>SITES</i> CONSULTADOS	64
ANEXO	65
ANEXO 1 – CRACHÁ E CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO NO CONGRESSO DA ABRAJI	65

INTRODUÇÃO

“A câmera oculta te dá uma verdade profunda, uma situação que não vai se revelar em frente à câmera aberta. No telejornalismo, não consigo fazer a denúncia se não mostrar, e o telespectador quer ver.”

(FAUSTINI, 2014)¹

O objetivo central deste trabalho de pesquisa é refletir, a partir da análise do trabalho telejornalístico do repórter investigativo Eduardo Faustini, exibido no programa *Fantástico*, pela Rede Globo, sobre como o uso da câmera oculta na reportagem investigativa pelo telejornalismo pode ser considerado legítimo quando utilizado como única forma capaz de registrar condutas ilícitas e condições extremas que irão denunciar questões de interesse público. As chefias imediatas poderiam optar por não fazer tal reportagem quando ela só pudesse ser feita com o uso do recurso.

Com os avanços tecnológicos, a câmera oculta passou a ser um instrumento importante para a captação de imagem e som em reportagens investigativas do telejornalismo. Mesmo que as imagens saiam com uma qualidade inferior, como por exemplo, sem foco ou com pouca iluminação, a denúncia de um ato criminoso pode ser comprovada com a utilização do equipamento para depois ser divulgada.

Uma reportagem investigativa feita a partir da utilização de uma câmera oculta pode causar grande repercussão na sociedade, além da abertura de inquéritos para investigações policiais e do Ministério Público. Em 18 de março de 2012, o programa *Fantástico*, da Rede Globo, exibiu uma reportagem em que mostrou como funcionava um esquema de fraude em licitações nos hospitais públicos do Rio de Janeiro. O repórter Eduardo Faustini se infiltrou no Hospital de Pediatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro com o conhecimento da direção da instituição. Com a câmera oculta, o repórter se passou por um gestor de compras e revelou que quatro representantes de empresas fornecedoras de serviços combinavam preços para licitações emergenciais.

Artigo publicado no Observatório da Imprensa em 29 de março de 2012 aponta que, a partir da denúncia, a Polícia Federal abriu quatro inquéritos para investigação do caso. O Ministério Público anunciou que também iria investigar as empresas flagradas no esquema

¹ Fala do jornalista Eduardo Faustini durante entrevista para esta pesquisadora em 15 de setembro de 2014. A entrevista, que durou cerca de uma hora, foi realizada por telefone para este trabalho de pesquisa e não foi gravada. A pesquisadora tomou nota de todas as respostas do jornalista.

fraudulento, segundo o artigo. Essa reportagem faz parte do *corpus* em análise deste trabalho de pesquisa.

Mesmo com o importante papel que a câmera oculta exerce para a comprovação dos fatos investigados em reportagens, atualmente, pelo menos dez estados norte-americanos e alguns países são contrários ao uso do equipamento por parte dos jornalistas, como é o caso da Espanha. Em 6 de fevereiro de 2012, o Tribunal Constitucional da Espanha decidiu proibir o uso da câmera oculta pelos meios de comunicação do país, considerando-a uma espécie de “prestidigitação”.

O mais alto tribunal da Espanha considerou “ilegítimo” o uso deste artifício do jornalismo mesmo nos casos em que a informação que se possa obter por meio do uso de câmeras escondidas seja de relevância pública. Para os juízes do Tribunal Constitucional da Espanha, o caráter oculto dessa técnica de investigação jornalística pressupõe uma violação do direito de imagem e à intimidade pessoal. (SOUZA, 2013)

No Brasil, segundo Cleofe Sequeira (2005, p. 77), muitas assessorias jurídicas das redações sustentam a utilização do equipamento no fato de que o Supremo Tribunal Federal considera legítimo que uma pessoa grave sua própria conversa, sem avisar aos seus interlocutores. O produto dessa gravação não serve como prova judicial, mas pode ser o principal indício para a abertura de processos criminais.

Sequeira (2005, p. 96) afirma que, para o repórter iniciar uma apuração em que precise lançar mão de estratégias que deem margem a controvérsias legais, “é preciso haver consenso entre o profissional e a empresa de comunicação quanto aos riscos que ambos correm em situações como essas”.

O Manual de Redação da Rede Globo (G1.GLOBO, 2014) alerta para que o uso do equipamento seja precedido de análise, pelas chefias imediatas, dos grandes riscos que correrão os jornalistas caso venham a ser descobertos.

Um exemplo do risco que profissionais de imprensa podem correr utilizando este recurso tecnológico em locais perigosos é o caso conhecido como “Caso Tim Lopes”. O jornalista Tim Lopes foi morto em 2 de junho de 2002 por traficantes após entrar em uma favela carioca com uma microcâmera para registrar imagens de uma denúncia sobre exploração sexual de crianças e adolescentes em bailes *funk*. Ele foi torturado antes de ser assassinado. O corpo do jornalista também teria sido esquartejado e queimado, segundo relatos de jornais da época.

No rádio, na televisão, na internet ou no jornal impresso, o uso da câmera oculta pode ser bem ou mal utilizado. No telejornalismo, uma reportagem pode ser “derrubada” por falta

de imagens. Por isso, o jornalismo investigativo requer uma minuciosa análise dos fatos e do material adquirido antes de ser publicado, prezando principalmente pela segurança das fontes, dos jornalistas e por uma conduta ética.

A câmera oculta permite que o jornalista consiga mostrar aquilo que foi denunciado e que não seria mostrado tão facilmente se dependesse da autorização do investigado. Mas, antes do repórter divulgar a denúncia, ele deve ter certeza de que se trata de uma informação real, verídica, como aponta Dirceu Lopes (2003, p. 23) ao afirmar que um jornalista não pode denunciar uma situação de corrupção “só porque lhe parece que seja ou porque alguém o sugeriu. Antes disso, deverá ter em mãos o máximo de provas documentais que qualifiquem a situação”.

Para Mauro Wolf (*apud* SEQUEIRA, 2005, p. 36), na maioria das vezes, a apuração se dá entre as fontes adquiridas pelos jornalistas ao longo dos meses. Hoje quase sempre o material oferecido ao espectador no jornalismo diário acaba vindo pronto dos assessores de imprensa, deixando cada vez mais a figura do jornalista de lado.

Para compreender o processo de investigação no trabalho telejornalístico do jornalista Eduardo Faustini e a importância do uso da câmera oculta na reportagem investigativa no telejornalismo, foram analisadas quatro reportagens de Faustini exibidas no programa Fantástico, da Rede Globo, e foi feita uma entrevista por telefone com Eduardo Faustini em 15 de setembro de 2014. Este projeto de pesquisa foi dividido em três capítulos:

No capítulo 1 deste estudo apresenta-se o referencial teórico. Neste capítulo será discutido o conceito de jornalismo investigativo, a partir das diferenças entre o fazer jornalismo diário e o jornalismo investigativo, percorrendo suas origens; as diferenças entre a reportagem e a notícia factual e um breve histórico sobre o telejornalismo no Brasil. No item 2 deste capítulo, discute-se a utilização da câmera oculta no jornalismo de televisão e a força da imagem no telejornalismo.

No capítulo 2 é apresentado o objeto de análise deste trabalho: o trabalho do jornalista Eduardo Faustini na produção de reportagens investigativas no programa *Fantástico*, da Rede Globo.

No capítulo 3, analisa-se o *corpus* selecionado. São quatro reportagens produzidas pelo repórter Eduardo Faustini e exibidas no programa *Fantástico*, da Rede Globo: A primeira reportagem foi exibida em 21 de abril de 2002 no programa *Fantástico* e denunciava um esquema de corrupção na prefeitura de São Gonçalo, no Rio de Janeiro. Outras duas reportagens exibidas no ano de 2012 pelo programa *Fantástico* estiveram no *corpus* de análise

deste trabalho. Em 8 de janeiro de 2012 foi ao ar uma reportagem produzida por Eduardo Faustini em que mostrava a fraude nas bombas de gasolina nos postos de combustíveis. Já em 18 de março de 2012, Eduardo Faustini se infiltrou durante dois meses no hospital de pediatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro para denunciar um forte esquema de fraude de licitações na rede pública de saúde. A quarta e última reportagem analisada neste trabalho foi exibida em 7 de julho de 2013 também no programa *Fantástico*, da Rede Globo. Na reportagem, Eduardo Faustini mostrou como atua a máfia da venda de túmulos em cemitérios do Rio de Janeiro.

ESCOLHA DO TEMA

A busca por um tema para a execução do projeto final é um processo considerado muitas vezes complexo para os estudantes. Quando passei no vestibular do segundo semestre de 2010, na Universidade de Brasília, para cursar Jornalismo, não sabia muito bem o que queria para o futuro. Gostava de escrever, sempre fui considerada uma pessoa curiosa, e um dia, talvez, gostaria de ser correspondente internacional ou ocupar a bancada do Jornal Nacional ao lado do jornalista William Bonner.

Esses “sonhos” foram se perdendo à medida em que fui amadurecendo. Não porque não acredite que possa chegar lá, mas com o passar do tempo, vi que a profissão que escolhi tem muito mais a oferecer. Ir para a rua, ter contato com pessoas, apurar, investigar, ler e reler, desconfiar, vivenciar experiências das mais diversas possíveis, esses pontos se tornaram o meu verdadeiro sonho profissional.

A motivação da escolha do tema deste projeto de pesquisa partiu de uma experiência, em outubro de 2013, quando participei do 8º Congresso Internacional da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), realizado no Rio de Janeiro, em conjunto com a 8ª Conferência Global de Jornalismo Investigativo, em parceria com a *Global Investigative Journalism Network* (GIJN) e a 5ª Conferência Latinoamericana de Periodismo de Investigación (Colpin), do *Instituto Prensa y Sociedad* (Ipys). No Anexo 1 podem ser conferidos o crachá e o certificado de participação da pesquisadora no congresso.

No segundo dia da conferência, em 13 de outubro de 2013, estive presente em uma palestra sobre reportagens com câmera oculta, que serviu de inspiração para a escolha do tema deste trabalho. O objetivo da palestra era mostrar como o repórter especial do programa *Fantástico*, da Rede Globo, Eduardo Faustini atua, muitas vezes, em parceria com o jornalista André Luiz Azevedo, em reportagens investigativas no programa *Fantástico*, da Rede Globo.

Com aproximadamente 150 participantes presentes, a palestra começou de forma polêmica. O jornalista Eduardo Faustini não poderia ser filmado e nem fotografado, pois a imagem de seu rosto não pode ser veiculada para preservar a continuação de seu trabalho. O repórter, que trabalha desde 1995 na Rede Globo, nunca teve o rosto divulgado nas reportagens produzidas na emissora. Durante a palestra, ele explicou que não aparecer não é uma estratégia de segurança pessoal. Para que ele possa continuar a realizar seu trabalho, que muitas vezes requer infiltração e criação de “personagens”, ele precisa manter sua identidade preservada.

Durante a palestra, Faustini contou que sofre ameaças diariamente por exercer jornalismo investigativo e denunciar pessoas “importantes” do mundo político e criminoso. Para seguir com seu trabalho, ele considera imprescindível que sua identidade permaneça resguardada, pois nessas situações o jornalista atua infiltrado, disfarçado e com câmeras ocultas. Por causa das ameaças, ele anda com seguranças e carros blindados diariamente. O jornalista tem que se privar de um convívio normal com a sociedade para não ter sua identidade revelada, mas ele se diz apaixonado pela profissão e afirmou, durante a palestra, “que não a trocaria por nada”.

As informações dadas pelo jornalista Eduardo Faustini durante a conferência serviram de estímulo para que eu prosseguisse com este tema que é de meu interesse pessoal tanto para pesquisa quanto para experiências de trabalho como repórter. Uma investigação jornalística requer inteligência e estratégias, tem um risco maior do que cobrir o factual. Não que o factual não tenha seu valor, até porque um bom jornalista deve passar por todas as etapas do processo de reportagem para se consolidar como um profissional na área. Considero o factual uma etapa árdua e imprescindível, mas no jornalismo investigativo, quando se denunciam pessoas e é colocada em risco a “inocência” do denunciado, se algo der errado, falhar, tudo que foi feito é perdido e o jornalista pode acabar com a credibilidade de seu trabalho e a própria profissão.

Definido o tema, comecei o processo de escolha do orientador e a busca por referenciais teóricos para dar consistência ao trabalho, parte que considero a mais árdua de se fazer em um trabalho de pesquisa, mas extremamente essencial. No primeiro semestre de 2013 fiz meu primeiro estágio, que foi no *site* do Correio Braziliense. Este estágio foi importante para que eu começasse a ter noção do que realmente era a vida de um jornalista, em que o *glamour* que tantos falam passa longe. Ao mesmo tempo trabalhava como garçomete no restaurante *Outback Steakhouse*, no shopping Iguatemi, em Brasília.

Meu primeiro contato com o telejornalismo na Universidade de Brasília, foi somente no segundo semestre de 2013, quando cursei a disciplina Jornalismo em Televisão, ministrada pela professora Letícia Renault, orientadora deste projeto de pesquisa. Na disciplina atuei primeiramente como editora, depois como cinegrafista e somente no terceiro telejornal da disciplina fui repórter. A reportagem realizada foi sobre a violência contra os jornalistas nas manifestações de junho de 2013.

Em setembro de 2013, iniciei o estágio na Rede Globo de Brasília. A primeira experiência foi no *site* *GI* na editoria de Política, onde permaneci por seis meses. No *GI*

passsei por mais uma etapa importante para entender o dia a dia de um jornalista e a correria que é a profissão. Trabalhar em *site* de notícias requer uma árdua agilidade na apuração.

No primeiro semestre de 2014, meu gosto por telejornalismo fez com que eu cursasse a disciplina Oficina de Telejornalismo, também ministrada pela professora Letícia Renault. Ao contrário da outra disciplina, nesta já comecei no vídeo. A primeira reportagem que fiz foi sobre o “Dia Mundial da Água”. A oficina era composta por três alunos – Letícia Jábali, Paul Cabanis e eu. Nosso segundo trabalho na disciplina foi uma série de quatro reportagens sobre a Amazônia, resultado de uma viagem feita a convite do Exército Brasileiro pelos estudantes Letícia Jábali e Paul Cabanis à região. Letícia Jábali foi a repórter, Paul Cabanis foi o editor e o cinegrafista e eu participei como produtora da série.

Como último trabalho da disciplina, emplacamos uma matéria de dois minutos no programa *Altas Horas*, da Rede Globo, sobre o time de futebol americano Tubarões do Cerrado. Recebemos o convite da produção do programa do apresentador Serginho Groisman para participar de um quadro em que alunos de Jornalismo enviam matérias sobre algo interessante da cidade onde moram. Participei nesta matéria como repórter e editora. A produção ficou a cargo da estudante Letícia Jábali e o cinegrafista foi o estudante Paul Cabanis.

A primeira experiência profissional com produção de telejornalismo, porém, só aconteceu em março de 2014, quando iniciei um estágio de três meses na *GloboNews*, canal de notícias da Rede Globo. Classifico o período como um dos mais importantes da minha formação profissional. Na *GloboNews* trabalhei com jornalistas que admiro, como Gerson Camarotti, Eliane Cantanhêde e Cristiana Lôbo, que compartilharam comigo muito do que sabiam. Em seguida, passei três meses no site do *GI DF*, onde tive a grande experiência de cobrir a Copa do Mundo de 2014. Por último, segui para a produção dos telejornais *Bom Dia DF* e *DFTV*, minha última etapa de estágio da universidade.

Discutir o uso de câmeras ocultas em reportagens investigativas requer muito cuidado. O tema é controverso e divide opiniões dos profissionais da área. Na maioria das pesquisas em que o equipamento é abordado como objetivo principal de discussão são feitas explanações sobre a ética no uso do recurso tecnológico.

Por isso, escolhi para este trabalho de pesquisa deixar um pouco de lado a discussão sobre a ética na utilização da câmera oculta e partir do pressuposto de que o uso do equipamento no trabalho de investigação de reportagem é legítimo quando utilizado como única e somente única forma capaz de registrar condutas ilícitas e condições extremas que

irão denunciar questões de interesse público. Não defendo a utilização da câmera oculta para flagrar situações de comportamento como “pegadinhas” ou situações que poderiam ser informadas e provadas sem o equipamento.

A câmera oculta é um recurso tecnológico que pode ser mal ou bem utilizado. Ao analisar reportagens produzidas pelo jornalista Eduardo Faustini, este trabalho se propôs aos seguintes questionamentos: as quatro reportagens analisadas poderiam ser feitas sem o uso da câmera oculta? A conduta ilícita denunciada poderia ter sido mostrada de outra forma? É legítima a utilização da câmera oculta nas reportagens produzidas pelo jornalista Eduardo Faustini?

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 JORNALISMO DIÁRIO E REPORTAGEM INVESTIGATIVA

Para muitos profissionais de imprensa de diferentes gerações, o jornalismo investigativo é visto como um termo redundante a partir do momento em que é considerado que todo jornalismo deveria partir de uma investigação, de um processo de apuração da reportagem para se dar a notícia.

Seja no jornalismo diário ou na produção de uma reportagem investigativa, a fonte tem grande importância no trabalho do repórter. Nilson Lage (2001, p. 138-140) diferencia o repórter de atualidade, que exerce o jornalismo diário, do repórter investigativo pelo modo como conseguem as informações. Ele afirma que o repórter de atualidade é dependente das fontes e sem acesso às “fontes das fontes”, ou seja, aquele profissional sem acesso aos documentos primários dos quais se origina a notícia. Já o repórter investigativo caracteriza-se, segundo o autor, “por ser o profissional que busca os documentos originais”.

Lage (2001, p. 138-140) afirma que o jornalismo investigativo é geralmente definido como “forma extremada de reportagem”. O autor defende que o jornalista investigativo dedica tempo e esforço ao levantamento de um tema pelo qual se apaixonou.

A reportagem investigativa, segundo Lage (2001, p. 138-140), é o produto de textos extensos que eventualmente não cabem em veículos jornalísticos convencionais e diários. Por isso, as reportagens investigativas costumam ser publicadas na forma de livros ou documentários em vídeo.

Leandro Fortes (2005, p. 9) aponta que até o início da década de 1990, para conseguir dados e estatísticas, os jornalistas tinham que se deslocar fisicamente às fotos, revirar registros e passar dias analisando planilhas. Com os avanços tecnológicos, as informações passaram a ser encontradas em páginas da internet ou simplesmente enviadas pelas assessorias de imprensa. Além disso, o autor afirma que “as novas tecnologias permitiram uma ampla capacidade de análise informativa, se aproximando da sistemática do conhecimento científico”.

Essas circunstâncias fortaleceram muito as possibilidades de se contar bem uma história, de modo a garantir que a graça e a beleza de um texto não prescindam, necessariamente, da obrigação da objetividade, uma aproximação crescente do jornalismo com a sistemática do conhecimento científico – coleta, análise de dados e busca disciplinada pela verdade. (FORTES, 2005, p. 31)

Para Fortes (2005, p. 35), o jornalismo investigativo é “algo mais complexo, trabalhoso e perigoso e que exige talento, tempo, dinheiro, paciência, sorte e riqueza de detalhes”. Ele diferencia o jornalismo investigativo de uma notícia diária a partir das circunstâncias, normalmente mais complexas, dos fatos, sua extensão noticiosa e o tempo de duração que necessariamente deve ser maior, embora quase sempre exercido sobre pressão.

Thaís de Mendonça Jorge (2010, p. 70) afirma que a reportagem é uma notícia ampliada. A notícia, para a autora, é o ponto de partida para a reportagem. “Se não for assim, a reportagem deixa de integrar o gênero noticioso – situa-se no terreno da opinião, virando crônica, ensaio, resenha.” Thaís classifica que a reportagem pode ser interpretativa ou investigativa e defende que as duas são gêneros do jornalismo que pedem textos mais extensos e aprofundados.

Pode-se dizer que a reportagem apresenta uma apuração mais profunda que a notícia, com mais detalhes, diversas fontes e personagens. Segundo Conceição Kindermann (2003), o salto da notícia para a reportagem “se dá no momento em que é preciso ir além da notificação”.

O salto da notícia para a reportagem se dá no momento em que é preciso ir além da notificação – em que a notícia deixa de ser sinônimo de nota – e se situa no detalhamento, no questionamento de causa e efeito, na interpretação e no impacto, adquirindo uma nova narrativa e ética. (BAHIA *apud* KINDERMANN, 2003, p. 39)

Cleofe Sequeira (2005, p. 74) cita a pesquisadora Montserrat Quesada, que explica que a diferença do jornalismo investigativo para o fazer jornalístico factual não está no texto ou na composição gráfica e sim “na estratégia adotada pelo jornalista investigativo, que não se limita a informar uma notícia factual, mas denunciar situações que prejudicam a sociedade”.

A reportagem investigativa requer uma minuciosa análise dos fatos e do material adquirido antes de ser publicado, prezando principalmente pela segurança da fonte, do jornalista e pela veracidade dos fatos e das informações passadas a partir da denúncia.

1.2 INÍCIO DO JORNALISMO INVESTIGATIVO

Segundo Cleofe Sequeira (2005, p.11), a renúncia do ex-presidente americano Richard Nixon, em 1974 é considerada até hoje um paradigma no jornalismo investigativo mundial. Entre 1964 e 1973, em consequência da participação dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, jornalistas norte americanos posicionados contra o governo começaram a analisar criticamente a atuação dos políticos. Em 18 de junho de 1972, uma publicação pelo diário *The*

Washington Post de uma reportagem de autoria dos jornalistas Carl Bernstein e Bob Woodward, deixou um marco no jornalismo com o caso Watergate. Sequeira conta que o caso a ser investigado era aparentemente simples:

Cinco homens haviam sido presos na noite de 16 de junho de 1972 tentando instalar aparelhos eletrônicos de espionagem no comitê do Partido Democrata, no edifício Watergate, em Washington, nos Estados Unidos. Ao investigar o caso, os repórteres chegaram à Casa Branca e ao Coordenador de Segurança do Comitê para a reeleição do presidente Richard Nixon. (SEQUEIRA, 2005, p. 11)

Dois anos depois, em agosto de 1974, sob ameaça de acusação política e de ser impedido, o presidente Nixon renunciou ao cargo.

Se para Sequeira, nos Estados Unidos, o *boom* da investigação jornalística foi a partir do caso *Watergate*, que levou à renúncia do presidente Richard Nixon, para o autor Leandro Fortes (2005, p. 10), o “marco zero” do jornalismo investigativo no Brasil foi o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello.

Mesmo com a repressão durante a ditadura militar (1964-1985), as redações se arriscavam a investigar possíveis ações fraudulentas dos políticos da época. Em 1976, por exemplo, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou uma série de três matérias nomeadas de “Assim vivem os nossos superfuncionários”. O artigo “Jornalismo Investigativo e o Trabalho dos Cortadores de Cana – Profissão Repórter” (CORTEZE; SANTOS, 2010) aponta que as matérias da série mostraram à sociedade a “mordomia em que viviam ministros e altos funcionários da corte instalada em Brasília e capitais federais durante o Regime Militar”.

Fortes (2005, p. 10) afirma que durante o período de ditadura militar, a imprensa ficou, em maior e menor escala, “sufocada pela censura e pela força da repressão”. Foi na chamada “Era Collor” que os métodos de investigação, segundo o autor, tornaram-se organizados dentro das redações:

Com a redemocratização do país, em 1985, os jornalistas começaram a respirar, a fugir do noticiário oficial e, finalmente, a buscar a melhor notícia – aquela que está escondida. (...) Os sucessivos escândalos ocorridos entre 1990 e 1992, durante a gestão do presidente Fernando Collor de Mello, resultaram em uma febre investigatória francamente disseminada pela imprensa nacional. (FORTES, 2005, P.10)

O *site* “Mundo Estranho”, da editora Abril, aponta que o processo que culminou com a renúncia do presidente Fernando Collor de Mello, em 29 de dezembro de 1992, “foi resultado de meses de investigação parlamentar provocada por denúncias de corrupção divulgadas pela imprensa”. Segundo o *site*, ainda candidato, em 1989, o ex-governador de Alagoas era “bem

diferente dos políticos da época: relativamente jovem (39 anos), fazia *cooper*, andava de *jet-ski* e estampava frases de impacto, como ‘Não fale em crise. Trabalhe’, em suas camisetas”.

Quando assumiu, em março de 1990, sua popularidade começou a ficar abalada ao confiscar o saldo das poupanças bancárias a fim de frear a inflação. Cada pessoa ficou com apenas 50 mil cruzeiros (hoje, cerca de R\$ 6 mil) disponíveis e muita gente empobreceu da noite para o dia. Não deu certo: a inflação continuou crescendo e, em 1991, já passava dos 400% acumulados no ano, quando surgiram os primeiros escândalos de corrupção ligados a Collor. (RODRIGUES, 2014)

Em 2002, foi criada a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Fortes (2005, p. 10) afirma que a criação da Abraji foi um “salto evolutivo no processo de engrenagem da investigação dentro das redações”. A Abraji, como aponta o autor, é uma instituição de jornalistas, desvinculada dos diversos interesses das empresas de comunicação, e se pretende independente, apartidária, não sindical e não acadêmica. Ela é mantida por profissionais de imprensa.

A associação foi criada no rastro de entidades semelhantes montadas em países distintos como Estados Unidos e Filipinas. A Abraji, segundo Fortes, mantém um sistema virtual de troca de informação e divulgação de notícias centradas no modelo de jornalismo investigativo, que tem como objetivo principal incentivar e fortalecer a investigação jornalística, disseminar o assunto entre jornalistas e estudantes de comunicação, além de manter fóruns abertos para discussão constante do tema.

1.3 DENÚNCIA E APURAÇÃO

Um dos grandes papéis do jornalismo investigativo é conseguir informar aquilo que todo mundo sabe que existe, mas muitas vezes não se consegue comprovar. A investigação jornalística também está associada a escândalos e denúncias graves que afetam o interesse público.

John B. Thompson (2002, p. 55-56) afirma que “o escândalo hoje está, muitas vezes, associado a corrupção e suborno, de tal modo que esses conceitos parecem agora inextricavelmente ligados. Mas eles são, na verdade, muito diferentes.” Thompson defende que a relação entre corrupção e suborno é complexa e contingente. Em um dos conceitos apresentados, o autor afirma que o escândalo é a “perversão ou falta de integridade no desempenho das obrigações públicas através de subornos ou favores, especialmente pelos oficiais do estado ou de alguma outra instituição pública”.

O jornalista, ao receber uma denúncia, deve apurar e investigar até ter certeza de que se trata de uma informação real, verídica, como aponta Dirceu Fernandes Lopes (2003, p. 23) ao afirmar que um jornalista não pode denunciar uma situação de corrupção “só porque lhe parece que seja ou porque alguém o sugeriu. Antes disso, deverá ter em mãos o máximo de provas documentais que qualifiquem a situação”.

A investigação é um trabalho de apuração profunda e até de momentos de solidão do repórter, quando ele passa horas sentado em uma mesa sozinho revirando papéis e documentos atrás de provas que consolidem uma denúncia, como defende o autor Jorge Pedro Souza (2002):

O jornalista trabalha sozinho. Trata-se de algo solitário. Ele nem deve comentar o fato da apuração com seus colegas de redação, pois pode atrapalhar o andamento do trabalho. Quanto menos pessoas souberem sobre seu trabalho, melhor será.

Muitos teóricos apresentam propostas para tentar auxiliar em como deve ser feito o processo de apuração de uma reportagem investigativa. Nilson Lage (2001, p. 139) define fases em que se processa uma reportagem investigativa, da concepção à publicação:

Lage (2001, p.139) afirma que a concepção pode decorrer de várias experiências: pequenos fatos inexplicáveis ou curiosos, pistas dadas por informantes ou fontes regulares, leituras, notícias novas ou a observação direta da realidade. O segundo passo, segundo Lage (2001, p.139), coloca o estudo de viabilidade: “se existem documentos disponíveis ou fontes que possam ser acessadas, se há recursos e tempo e que resultados podem ter a investigação”. O terceiro passo, de acordo com o autor, é “familiarizar-se com o assunto, que envolve alguma pesquisa e consulta a fontes secundárias”. Desenvolver um plano de ação, incluindo custos, métodos de arquivamento e cruzamento de informações, é o quarto passo indicado. No quinto passo, ele afirma que se deve colocar em prática o plano idealizado, ouvindo fontes e consultando documentos. Finalmente no sexto passo, ele propõe a reavaliação do material apurado, para que sejam preenchidos os vazios da informação. As etapas seguintes são a avaliação final, a redação e revisão, a publicação e o seguimento ou continuação, chamado no Brasil de “suíte da matéria”.

1.4 TELEJORNALISMO INVESTIGATIVO

Antes de discutir o telejornalismo investigativo, é necessário fazer-se um breve histórico sobre a implantação da televisão e do telejornalismo no Brasil. A televisão no Brasil foi criada em 1950, por Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. Sebastião Squirra (1993, p.

103) defende que o telejornalismo nasceu com a própria televisão brasileira, a partir do primeiro telejornal criado no Brasil, chamado *Imagens do Dia* e exibido na emissora PRF TV Tupi de São Paulo. Os primeiros telejornais brasileiros eram como um “radiojornal”, onde o apresentador lia as principais notícias do dia.

Beatriz Becker (2006, p. 67) defende que o telejornal é o produto de informação de maior impacto na atualidade, “que cria e procura dar visibilidade a uma experiência coletiva de nação”. A função do telejornal, para Beatriz, é narrar, dar conta dos principais fatos sociais de diferentes países de todo o mundo.

A pesquisadora Valquíria Passos Kneipp (2008) aponta que o *Repórter Esso* foi o primeiro telejornal de sucesso da TV brasileira, que estreou na TV Tupi de São Paulo em 1953. O telejornal ficou no ar por quase 20 anos e era dirigido e apresentado por Kalil Filho. Valquíria Kneipp (2008) defende que para criar uma tentativa de criticar a situação pré-ditadura, em 1962, o *Jornal de Vanguarda* começou a ser apresentado na TV Excelsior do Rio de Janeiro. O programa, que foi criado e concebido pelo jornalista Fernando Barbosa Lima e, segundo a pesquisadora, inovou com vários locutores e comentaristas, entre eles, Célio Moreira, irmão de Cid Moreira, foi retirado do ar pela censura, em 1968, com a edição do Ato Institucional nº5.

A TV Globo foi implantada em 1965. O primeiro telejornal da emissora foi o *Tele Globo*. Somente em 1969 que foi criado o primeiro noticiário em rede nacional, o *Jornal Nacional*. Squirra (1993, p. 104-118) defende que o *Jornal Nacional* inaugurou “um novo estilo de jornalismo” na televisão brasileira. O autor afirma que o telejornal consolidou um modelo de reportagem no Brasil parecido com o norte-americano. Esse modelo de jornalismo na televisão serve, ainda hoje, como base para os telejornais das principais emissoras brasileiras.

Com formato de revista eletrônica, o *Fantástico* foi ao ar pela primeira vez em agosto de 1973 com apresentação de Sérgio Chapelin e direção de João Loredó.

Com duas horas de duração, o programa se tornou um espaço para a experimentação de novas linguagens e formatos, que reúne jornalismo e entretenimento, com viés para reportagens investigativas e denúncias, mas também com temas mais leves como humor, dramaturgia, documentários, música e ciência. (MEMÓRIA GLOBO, 2014)

Em 1983, foi inaugurada a Rede Manchete, que no final dos anos 90 foi vendida e passou a se chamar Rede TV. Valquíria Kneipp (2008) aponta que um dos destaques da emissora foi o programa de documentários televisivos *Documento Especial*, exibido pela

primeira vez em 1989. A pesquisadora defende que a criação do *Documento Especial* pode ser considerada “um marco inicial para o jornalismo investigativo na televisão brasileira”.

O programa foi exibido na tevê Manchete de 1989 até 1991. Em 1992, com mesma direção e produção, passou a ser exibido no SBT. Em 1995, o *Documento Especial* saiu do SBT, devido à censura imposta pela emissora. Em 1997, o programa volta ao ar pela TV Bandeirantes, mas somente por dez meses.

Citando o criador e produtor do *Documento Especial*, Nelson Hoineff, Valquíria (2008) explica que o programa “se propunha a fazer tudo o que o telejornalismo quadrado não permitia, inclusive fazer investigação”. O programa era apresentado pelo ator Roberto Maya e teve como um dos repórteres o jornalista Eduardo Faustini, personalidade central do objeto de pesquisa deste trabalho.

Com cenas fortes, que até então não eram comuns na televisão, segundo a pesquisadora, o programa tratava sempre um tema da atualidade, com formato similar ao de grande reportagem e, antes da exibição, apareciam alguns caracteres informando que crianças e pessoas sensíveis não deveriam assistir, “devido à alta carga de realidade que seria mostrada”.

Em entrevista à pesquisadora Valquíria Kneipp (2008), Nelson Hoineff afirma que o programa era diferente dos demais exibidos na época, porque “introduzia temas que estavam diante da vida do telespectador, mas não eram mostrados na televisão”. Segundo Nelson Hoineff:

“Havia dois Brasis, o Brasil que tava na televisão e o Brasil que tava diante dos seus olhos. Então, você olhava pros dois lados e você via pobreza, bandidagem, roubo, miséria, sexo, corrupção... E você ligava a televisão e não existia nada disso. O *Documento* introduziu todos esses temas.” (2008, p.13)

Além da criação do *Documento Especial*, a pesquisadora Valquíria Kneipp aponta ainda que a chegada do jornalista Caco Barcellos à Rede Globo também pode ser identificada como outro momento inicial para o jornalismo investigativo na televisão.

Caco Barcellos nasceu em Porto Alegre, onde iniciou sua carreira jornalística no jornal *Folha da Manhã*. No seguimento de revistas trabalhou na *IstoÉ*, *Veja*, *Senhor* e na *TV Guia*, da editora Abril. Em 1985, foi trabalhar na Rede Globo, como repórter do *Jornal Nacional*, do *Fantástico* e do *Globo Repórter*. Em 2002, passou a ser correspondente da emissora em Londres. Em 2003, publicou o livro *Abusado*, que conta a história da criação do Morro Dona Marta, a partir da vida do traficante Marcinho VP, chamado de Juliano VP no livro. Desde 2008 comanda o programa semanal *Profissão: Repórter*, também da Rede Globo.

Em entrevista à pesquisadora Valquíria Kneipp (2008), Caco Barcellos diz que resolveu trabalhar com reportagens investigativas no telejornalismo, porque na época “era um segmento que ainda não existia na televisão brasileira”. Segundo ele, “não era uma coisa muito comum nessa época. Até o fim da ditadura. Não era assim, envolvendo denúncia”, afirmou à pesquisadora.

Segundo a pesquisadora, para Caco Barcellos, o jornalismo investigativo vai além da denúncia. Disse Caco Barcellos à Valquíria Kneipp (2008):

Eu acho que as denúncias estão sendo feitas, na sua maioria, na verdade, derivam do jornalismo declaratório, não do jornalismo de investigação, porque tudo é centrado em meia dúzia de entrevistas. Às vezes, até de forma leviana, mal provada, mal apurada. Não passa de uma entrevista.

Desde que foi criada, em 1950, no Brasil, a televisão tem passado por transformações tecnológicas. Porém, como apontam os autores Alfredo Vizeu e Fabiana Cardoso (2010), o telejornalismo, mesmo com as transformações, não deixa de ocupar um espaço central na sociedade, “por ser a primeira, mais barata e mais cômoda informação que os cidadãos e cidadãs recebem”.

Flávio Porcello (2008, p. 50) afirma que de 1994 até 2004, os brasileiros compraram mais de 40 milhões de aparelhos de televisão, número superior ao de todos os aparelhos de TV comprados desde o início das transmissões no país (1950) até a implantação do Plano Real. Esses dados são relevantes, segundo o pesquisador, para dar ideia da força do veículo televisão para a comunicação e a informação no país.

Porcello (2008, p. 50) classifica a televisão como a fusão do cinema e do rádio. Ele defende que a TV utiliza a linguagem visual do cinema, com a narrativa oral do rádio e o texto da imprensa. Esse recurso, segundo o pesquisador, causa fascinação ao público. “Ela aumenta o peso da imagem em relação ao valor da palavra. E o telespectador decodifica mais facilmente os códigos visuais do que os verbais.”

No telejornalismo, a imagem é imprescindível para a narrativa dos fatos a serem contados. A seguir, o trabalho trata da importância da imagem no telejornalismo para, posteriormente, ser discutido como o uso da câmera oculta se tornou essencial para a produção de reportagens investigativas no telejornalismo.

1.5 A FORÇA DA IMAGEM NO TELEJORNALISMO

Para entender a importância da câmera oculta em reportagens investigativas no telejornalismo, é preciso refletir sobre o papel da imagem no telejornal.

Telejornalismo é imagem. As pesquisadoras Lavina Madeira e Letícia Renault (2010, p. 8) classificam a imagem como a “base do telejornalismo”. Elas defendem que o telejornal, ao exibir imagens dos fatos ocorridos em todo o mundo, aproxima o telespectador dos fatos da realidade. Sem imagem, sem o registro materializado pela câmera, segundo as pesquisadoras, a princípio, não há história a ser contada pela televisão, não há notícia.

No entendimento das pesquisadoras Lavina Madeira e Letícia Renault (2010, p. 4), a câmera do telejornal “aproxima o que está distante, traz para perto realidades desconhecidas e as coloca dentro do espaço privado do homem”. Ao aproximar o telespectador dos fatos da realidade, o telejornal impõe a sua realidade ao público, uma realidade mediada tecnicamente por câmeras, repórteres, âncoras, apresentadores e ilhas de edição.

Maurice Mouilland (2002, p. 37) diz que promover uma imagem ou uma informação é “destacar do real uma superfície, um simulacro que vêm à frente com relação a um fundo sem imagem”.

Luciana Bistane e Luciane Bacellar (2005, p. 41) defendem que a imagem nada mais é que a representação do real. Além disso, para as autoras, as imagens dão credibilidade e força às notícias, sobretudo às denúncias. Elas defendem que ao transmiti-la, “a televisão transforma o espectador em uma testemunha”.

Já o pesquisador Bruno Leal (2006) discorda das autoras Luciana Bistane e Luciane Bacellar ao afirmar que não são as imagens que se impõem por si só como fatos. Ele diz que as imagens são produzidas e organizadas de forma a se integrarem às necessidades, ao modo de dizer do telejornal e que, por isso, é de se questionar de que afinal o espectador se tornaria testemunha, que “realidade” as imagens estão tornando visíveis.

Para Porcello (2006, p. 146), a televisão dá prioridade ao componente visual e aumenta o peso da imagem em relação ao valor da palavra por, entre outros motivos, o telespectador “decodificar mais facilmente os códigos visuais do que os verbais”:

Mas ela não é mera observadora dos fatos. Por trás de uma câmera, está o olhar de um cinegrafista; a matéria é uma história contada pela ótica do repórter; na edição o jornalista faz escolhas, optando por uma e não por outra cena, por esse e não por aquele trecho da resposta do entrevistado. TV é edição, é recorte, é fragmento. O desafio de quem trabalha nela é escolher certo, com responsabilidade, critério, ética e, principalmente, honestidade. (PORCELLO, 2006, p. 146)

Em muitas reportagens, um simples relato do jornalista ou documentos que comprovem um ato ilícito são suficientes para satisfazer o telespectador de que aquele ato está sendo realizado. No caso de reportagens investigativas que partem de uma denúncia, a imagem do ato ilícito concretizado, além de dar maior credibilidade à reportagem, dá maior segurança ao profissional de que a informação que ele está divulgando está totalmente correta e verdadeira.

Em muitos casos, não adianta o jornalista simplesmente informar. Ele tem que dispor de diferentes recursos para provar que aquilo que ele está falando realmente é verdade. Uma investigação pode não valer nada se não houver provas materiais de que aquilo realmente acontece. O repórter de televisão pode gastar meses apurando determinado assunto, mas se for para ser veiculado por um telejornal, ele tem que ter pelo menos uma imagem ou um áudio para comprovar ao telespectador que o fato é verdadeiro. É aí que entra o recurso da câmera oculta, que pode ser bem ou mal utilizada pelo profissional de imprensa.

1.5.1 A Câmera Oculta no Telejornalismo

A câmera oculta passou a ser um instrumento importante para a captação de imagem e som em reportagens investigativas do telejornalismo. Mesmo que as imagens saiam com uma qualidade inferior, sem foco ou com pouca iluminação, a denúncia de um ato criminoso passa a ser divulgada, e muitas vezes comprovada, com a utilização do recurso tecnológico. Além disso, o telespectador passa a ficar informado do ato criminoso, que vem a público.

O editorial "A câmera oculta é um recurso honesto do jornalismo?", do Instituto Gutemberg, aponta que foram os Estados Unidos que inventaram o recurso de espionagem eletrônica. A câmera oculta, segundo o editorial, foi utilizada no jornalismo pela primeira vez pelo jornal *New York Daily News* em 1928:

Prenderam uma pequena máquina fotográfica na perna do repórter Thomas Howard Kurtz e ele fez a foto da sentenciada à morte Ruth Snyder no preciso momento em que ela recebia a descarga elétrica, na penitenciária de Sing Sing. O recurso era talhado para a televisão, mas, como as primeiras câmeras, dos anos 40 até 70, eram trambolhos indisfarçáveis, as emissoras limitavam-se a instalá-las em prédios ou camionetas para flagrar a ação nas ruas. A miniaturização dos equipamentos, no final dos anos 80, fez a festa da reportagem oculta, quando a Toshiba e a Elmo passaram a produzir câmeras que podiam ser escondidas num estojo de batom. (GUTEMBERG, 1997)

No telejornalismo, uma reportagem pode ser “derrubada” por falta de imagens que a comprovem. Por isso, o jornalista investigativo tem que dispor do máximo de material que conseguir, de preferência que mostre da forma mais “escancarada” possível o que ele está

denunciando. O jornalismo investigativo requer uma minuciosa análise dos fatos e do material adquirido antes de ser publicado, prezando principalmente pela segurança da fonte e pela credibilidade do jornalista.

Antes de divulgar a informação, o repórter deve ir a campo para ter certeza de que se trata de uma denúncia real, verídica, como aponta Lopes (2003, p. 23) ao afirmar que um jornalista não pode denunciar uma situação de corrupção “só porque lhe parece que seja ou porque alguém o sugeriu. Antes disso, deverá ter em mãos o máximo de provas documentais que qualifiquem a situação”. A câmera oculta produz um indício deste tipo de prova a qual Lopes se refere. O jornalista deve tirar proveito deste indício para comprovar uma denúncia.

A câmera oculta permite que o jornalista consiga mostrar aquilo que foi denunciado e que não seria mostrado tão facilmente, se a autorização do investigado fosse necessária. Rômulo Ogasavara e Silvio dos Santos (2012) defendem que a cada dia a notícia vem se comportando de forma diferente na sociedade. O uso da câmera oculta no jornalismo investigativo, para os pesquisadores, tem se tornado algo atraente nesse tipo de apuração: “Um telejornalismo mais solto com imagens, muitas vezes, fora dos padrões exigidos, mas com resultado positivo que dispensa qualquer regra.” (OGASAVARA; SANTOS, 2012, p. 5)

Outro recurso que a câmera oculta pode trazer para a reportagem investigativa é, no caso de imagens precárias, a possibilidade de se produzir áudios com boa qualidade que também podem ser divulgados e utilizados para denunciar uma ação criminosa. Quando só há a possibilidade de se mostrar o áudio, os editores muitas vezes utilizam recursos gráficos para que a conversa gravada seja entendida da forma mais clara possível pelos telespectadores. Há a opção, nesses casos, de ser feita uma arte mostrando na reportagem a conversa escrita enquanto ela é ouvida pelo telespectador.

É importante ressaltar também a crescente participação do público com recursos audiovisuais na elaboração de um telejornal. Se algum ato ilícito acontece e o jornalista não está no local para realizar o flagrante, é provável que alguém tenha visto e registrado as imagens com o celular.

Com câmeras cada vez mais profissionais, os celulares estão sendo usados com muita frequência pelos próprios telespectadores, que encaminham vídeos para as redações de jornais com flagrantes de injustiças vividas diariamente. Em 14 de outubro de 2014, por exemplo, imagens feitas com celular foram divulgadas nos telejornais *DFTV 2ª edição* e *Bom Dia Brasil* e no programa *Encontro com a Fátima* mostrando um policial civil do Distrito Federal prendendo um segurança de um centro médico após o funcionário ter abordado o policial, que

não quis fazer o cadastro para entrar no estabelecimento e pulou a catraca. Foram diversas imagens de diferentes celulares que circularam pela internet e pelos telejornais. O abuso de autoridade do policial foi comprovado com as imagens feitas pelos próprios telespectadores.

O pesquisador Paulo Eduardo Cajazeira (2010, p. 3) defende que, com os novos suportes tecnológicos digitais, “a documentação do enunciado do telejornal pelo público ampliou o número de imagens do cotidiano capturadas”:

O telespectador interfere no enunciado do telejornal ao documentar a realidade do cotidiano, as representações de fatos com características de noticiabilidade, por meio de gravações em suportes digitais como: câmeras e telefones celulares com a tecnologia adequada e vê-las como parte de uma possível enunciação jornalística. Porém, com os novos suportes tecnológicos digitais e suas facilidades de uso e orientação, a documentação do enunciado pelo público tornou-se mais fácil e ampliou o número de imagens do cotidiano capturadas e com características evidentes de noticiabilidade. O destinatário/público assiste ao telejornal e verifica o conteúdo publicado, baseado nesta análise de observação do plano do conteúdo, documenta novos enunciados e os sugere à produção do telejornal. (CAJAZEIRA, 2010)

Cajazeira aponta que, em muitos casos, o público assume a função de repórter. O pesquisador defende que a diferença do período pré-digital seria pela velocidade com que o fato chega à produção do telejornal.

A câmera de celular possibilita que o telespectador flagre e denuncie, mas não se deve confundir a função do repórter investigativo com a participação do telespectador. O repórter investigativo dispõe de intensas preparações e técnicas estudadas cuidadosamente, como a infiltração e a utilização da câmera oculta, para a elaboração de grandes reportagens investigativas que irão denunciar um ato ilícito de interesse público. Para isso, tem que haver um consenso entre o profissional e a empresa de comunicação quanto aos riscos que ambos correm.

O Manual de Redação da Rede Globo traz somente um parágrafo que justifica o uso da câmera oculta utilizada nas reportagens investigativas. A empresa alerta para que o uso do equipamento seja precedido de análise, pelas chefias imediatas, dos grandes riscos que correrão os jornalistas caso venham a ser descobertos.

O uso de microcâmeras e gravadores escondidos, visando à publicação de reportagens, é legítimo se este for o único método capaz de registrar condutas ilícitas, criminosas ou contrárias ao interesse público. Deve ser feito com parcimônia, e em casos de gravidade. Seu uso deve ser precedido da análise, pelas chefias imediatas, dos riscos que correrão os jornalistas caso venham a ser descobertos. A imagem e/ou o áudio de pessoas que não estejam envolvidas diretamente no que estiver sendo denunciado devem ser protegidos. Em seus manuais de redação, os veículos devem estabelecer normas de uso. (PRINCÍPIOS EDITORIAIS DAS ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2014)

Apesar da câmera oculta ser um recurso muito utilizado por jornalistas, ela não é de uso exclusivo dos profissionais de imprensa para mostrar atos ilícitos e denúncias. O cidadão, mesmo que esteja envolvido em um ato criminoso, muitas vezes revela escândalos de corrupção a partir de gravações feitas com câmeras ocultas.

No caso do chamado “Mensalão do DEM”, imagens que revelaram o esquema de corrupção no Distrito Federal foram gravadas com uma câmera oculta pelo ex-secretário de Relações Institucionais, Durval Barbosa, após acordo de delação premiada com o Ministério Público.



Figura 1: *Take* do vídeo com imagens do caso conhecido como 'Mensalão do DEM'. Fonte: Reprodução – *site* do *GI DF*. Foto: Reprodução/TV Globo Disponível em: <http://g1.globo.com/df> Acesso em: 15 de outubro de 2014

Segundo reportagem publicada em 14 de junho de 2012 no site *Terra* (MENSALÃO DO DEM, 2012), o chamado “Mensalão do DEM”, cujos vídeos foram divulgados no final de 2009, foi resultado de investigações da operação “Caixa de Pandora”, da Polícia Federal. O esquema de desvio de recursos públicos envolvia empresas de tecnologia para o pagamento de propina a deputados da base aliada. As cenas mostram deputados escondendo dinheiro nos bolsos, nas meias e até na cueca. O então governador José Roberto Arruda aparece em um dos vídeos recebendo maços de dinheiro.

Também em um dos vídeos, o ex-deputado distrital Junior Brunelli (PSC) aparece rezando em agradecimento pela propina, acompanhado do ex-deputado Leonardo Prudente e de Durval Barbosa. Já o ex-deputado distrital Leonardo Prudente aparece escondendo dinheiro nas meias e nos bolsos da calça e do paletó.

Quatro anos antes de estourar o “Mensalão do DEM”, a câmera oculta já havia sido recurso essencial para desvendar outro escândalo de corrupção conhecido como “Mensalão”,

que teve como protagonistas integrantes do governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, membros do Partido dos Trabalhadores e de outros partidos. O escândalo foi objeto da ação penal de número 470, movida pelo Ministério Público no Supremo Tribunal Federal.

De acordo com reportagem publicada no site *G1* (CRONOLOGIA DO CASO), que mostra a cronologia do caso “Mensalão”, em 18 de maio de 2005, a revista *Veja* divulgou vídeo do ex-funcionário dos Correios Maurício Marinho, que era ligado ao ex-deputado federal Roberto Jefferson, negociando propina com empresas interessadas em participar de uma licitação do governo. No vídeo, Marinho aparece recebendo R\$ 3 mil. Na época, Maurício Marinho era diretor do Departamento de Contratação e Administração de Materiais dos Correios e Telégrafos e Roberto Jefferson era presidente do Partido Trabalhista Brasileiro.



Figura 2: *Take* do vídeo em que Maurício Marinho recebe propina de R\$ 3 mil. Fonte: *site* do *Estadão*. Foto: Reprodução/TV Globo. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/> Acesso em: 15 de outubro de 2014

O vídeo foi gravado com uma câmera oculta por Joel Santos Filho, advogado curitibano que, segundo o *site* *Wikipedia* (ESCÂNDALO DO MENSALÃO), fazendo-se passar por empresário interessado em participar de processos licitatórios nos Correios, extraiu de Maurício Marinho explicações detalhadas de como funcionavam as fraudes nas licitações.

Em 6 de junho de 2005, o ex-deputado Roberto Jefferson denuncia, em entrevista à *Folha de São Paulo*, um esquema de pagamento de “mesada” de R\$ 30 mil pela cúpula do PT para congressistas aliados votarem a favor de projetos do governo. A partir da divulgação do vídeo e da denúncia de Jefferson, novos fatos foram sendo divulgados sobre o escândalo e o caso começou a ser investigado pela CPI dos Correios. Em 22 de agosto de 2007, o Supremo Tribunal Federal iniciou julgamento da denúncia contra 40 acusados.

Segundo o *site UOL* (SAIBA QUEM SÃO OS 25 RÉUS DO MENSALÃO QUE FORAM CONDENADOS PELO STF), o julgamento do “Mensalão” no Supremo Tribunal Federal terminou em 2012 com 25 réus condenados, entre eles: o ex-ministro da Casa Civil do primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, José Dirceu, apontado como o comandante do “Mensalão”, condenado por formação de quadrilha e corrupção ativa pela compra de votos de parlamentares; o ex-presidente do PT José Genoíno, condenado por formação de quadrilha e corrupção ativa pela compra de votos de parlamentares e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, condenado por formação de quadrilha e corrupção ativa pela compra de votos de parlamentares.

1.6 TÉCNICAS DE PESQUISA

A pesquisa para a composição deste estudo foi feita, primeiramente, por meio de uma revisão bibliográfica de trabalhos acadêmicos já existentes sobre o jornalista Eduardo Faustini. Poucos trabalhos foram encontrados sobre o repórter. Foi possível encontrar somente dois artigos acadêmicos que citavam o trabalho de Eduardo Faustini, uma entrevista concedida em 2011 pelo repórter a *Revista Trip* e pequenos perfis do jornalista no *site* da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). A escassez de estudos encontrados que tenham como *corpus* de análise o trabalho do jornalista Eduardo Faustini aumentou a relevância em se fazer este projeto de pesquisa sobre o repórter.

Em seguida, foi feito um levantamento sobre trabalhos que abordassem o uso da câmera oculta no telejornalismo. Foi iniciada a busca por referenciais teóricos para dar consistência ao estudo. Também foi feita análise do áudio da palestra em que Eduardo Faustini deu em 13 de outubro de 2013, no 8º Congresso Internacional da Abraji, realizado no Rio de Janeiro. Esta pesquisadora esteve presente ao congresso citado e gravou com gravador de áudio a palestra ministrada pelos jornalistas Eduardo Faustini e André Luiz Azevedo para arquivo pessoal, sem ainda pensar em utilizar a gravação para um projeto de pesquisa.

Definido o tema do estudo, em 15 de setembro de 2014, esta pesquisadora realizou entrevista com o jornalista Eduardo Faustini por telefone durante cerca de uma hora. A entrevista foi realizada após várias trocas de emails entre o repórter e a pesquisadora. A entrevista não foi gravada, mas foi anotada pela pesquisadora enquanto conversava com o jornalista Eduardo Faustini. Com a entrevista foi possível esclarecer dúvidas e fazer perguntas essenciais para o processo de construção deste trabalho.

A análise deste estudo se deu a partir de quatro reportagens produzidas pelo jornalista Eduardo Faustini, exibidas no programa *Fantástico*, pela Rede Globo. São elas: “Corrupção em São Gonçalo”, exibida em 21 de abril de 2002; “Fraude nas bombas de combustíveis”, exibida em 8 de janeiro de 2012; “Corrupção em repartição pública”, exibida em 18 de março de 2012; e, por fim, “Máfia na venda de túmulos em cemitérios do Rio de Janeiro”, exibida em 7 de julho de 2013.

2. EDUARDO FAUSTINI

O jornalista Eduardo Faustini atua como repórter especial do programa *Fantástico*, da Rede Globo, desde 1995. Para preservar a continuidade de seu trabalho, seu rosto nunca foi exibido durante as reportagens.

Segundo o site *Portal dos Jornalistas*, Faustini iniciou a carreira na revista *O Cruzeiro*, como fotógrafo. Começou a produzir reportagens investigativas na TV Manchete, entre 1989 e 1995, no programa *Documento Especial*, dirigido por Nelson Hoineff. Desde 1995 está na TV Globo, como repórter especial do *Fantástico*.

De acordo com o site da *Abraji*, as várias denúncias investigadas por Faustini e exibidas no programa *Fantástico* fizeram com que o repórter tenha um currículo repleto de prêmios: ganhou o Prêmio Esso, o Prêmio Líbero Badaró de Telejornalismo, Prêmio Embratel de Imprensa, Menção Especial do Prêmio Instituto Imprensa e Sociedade e da Transparência Internacional Latino Americana e Caribe, menção honrosa do Prêmio Embratel de Imprensa, Prêmio Tributo à Democracia e Liberdade, Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, Prêmio Embratel: Tim Lopes de Jornalismo Investigativo de 2007. O site não informa o ano que Faustini ganhou os prêmios.

Pouco se sabe sobre a vida privada de Eduardo Faustini. O próprio jornalista se nega a falar de sua vida pessoal. Durante entrevista realizada com ele por telefone em 15 de setembro de 2014 para este trabalho de pesquisa, ao ser questionado com perguntas pessoais, Faustini respondeu: “Desculpa, mas aí que está o problema. Não posso falar.”

Durante palestra em outubro de 2013, Faustini disse que um dos motivos para a preocupação em se resguardar do público vem de ameaças que recebe diariamente. Por isso, Eduardo Faustini anda 24 horas por dia com seguranças e seus deslocamentos sempre são feitos em carro blindado. Segundo ele, até reunião de condomínio já fizeram para que Faustini saísse do prédio onde mora por causa das ameaças. “Eles falavam que eu colocava em risco a vida das pessoas que lá estavam”, afirmou durante palestra em 13 de outubro de 2013 no 8º Congresso Internacional da *Abraji*.

O cuidado em preservar a identidade não é só para manter sua integridade física, mas, segundo ele, principalmente para que possa dar continuidade ao seu trabalho. O trabalho de Eduardo Faustini é baseado em duas técnicas: o uso da câmera oculta e a infiltração.

Sobre a técnica de infiltração jornalística, Dirceu Lopes (2003, p. 17) afirma que o jornalista “penetra” no local onde possam estar os acontecimentos, tentando não se identificar:

“A infiltração possibilita a maior aproximação física dos acontecimentos para comprovar *in loco* como funcionam.”

As ameaças são frequentes, mas um episódio recente ficou conhecido ao ser divulgado pela mídia. Os repórteres Eduardo Faustini e Luiz Cláudio Azevedo investigavam esquema de laranjas que movimenta R\$ 30 milhões em Anapurus e Mata Roma, no interior do Maranhão. Segundo reportagem publicada no *site* do *Fantástico* (EQUIPE DO FANTÁSTICO É AMEAÇADA E ASSALTADA DURANTE INVESTIGAÇÃO, 2014), no início da tarde de 17 de julho de 2014, a equipe parou para almoçar em uma churrascaria, na estrada que liga os dois municípios. Depois do almoço, já no carro, os repórteres foram surpreendidos por um outro veículo que saiu da estrada e bloqueou a equipe. Três homens saltaram e apareceram mais quatro a pé.

Eles cercaram os repórteres e dois deles entraram no banco de trás. Segundo a publicação, os repórteres explicaram que eram jornalistas da TV Globo e estavam trabalhando em uma reportagem para o *Fantástico* e saíram do carro, para evitar o que parecia um sequestro. Foi quando um dos homens tomou a câmera da equipe. Os ladrões fugiram em dois veículos, levando a câmera.

A polícia identificou e prendeu o policial militar Raimundo Silva Monteles. Ele é sobrinho da prefeita de Anapurus, Tina Monteles. Durante todo o fim de semana, a polícia fez buscas nas cidades de Anapurus e Mata Roma, à procura dos suspeitos e do equipamento que foi roubado. As investigações continuaram, e, pelas características do crime, a polícia acredita que não tenha sido somente um roubo, mas uma tentativa de interromper o trabalho dos jornalistas.

2.1 O REPÓRTER SEM ROSTO

Ameaças parecem não intimidar Eduardo Faustini. Em entrevista realizada em 15 de setembro de 2014 por telefone para este projeto de pesquisa, o jornalista afirmou que optar por não aparecer nas reportagens abre a possibilidade dele se passar por quem quiser. "Eu protejo a minha próxima matéria e não a minha vida. Uma hora eu posso ser médico, empresário, político", afirmou. "O fato de não aparecer é para proteger o trabalho", concluiu ele.

Se o rosto de Eduardo Faustini fosse conhecido, reportagens feitas com câmera oculta e que fossem necessárias a infiltração não seriam possíveis de serem realizadas por ele. Com

essas técnicas, Eduardo Faustini já se passou por caminhoneiro para mostrar esquemas de propina nas rodovias, foi secretário interino na prefeitura de São Gonçalo (RJ) para flagrar a corrupção no município, fingiu ser um idoso para delatar os maus-tratos em asilos e até gerente de posto de gasolina para denunciar fraudes nas bombas de combustível em São Paulo e no Rio de Janeiro. Também expôs o caso dos documentos queimados na Base Aérea de Salvador.

Eduardo Faustini combina a infiltração com a utilização da câmera oculta, recurso considerado pelo repórter fundamental para mostrar atos ilícitos cometidos em vários setores. Apesar de considerar o equipamento essencial para algumas reportagens investigativas, Faustini afirmou, durante entrevista em 15 de setembro de 2014 para esta pesquisadora, que a utilização do recurso tecnológico é muitas vezes um "voo cego". "Você não sabe se está gravando ou não. Se houver a mínima possibilidade de fazer a reportagem sem a microcâmera, a gente abre mão do equipamento." De acordo com o repórter, para utilizar a câmera oculta em reportagens investigativas sempre há uma reunião com a equipe e a direção da Rede Globo para questionar se usam ou não o equipamento. "É o último recurso que nós utilizamos", afirmou.

Em situações de denúncia, Faustini defende que é muito difícil mostrar uma irregularidade sem a câmera oculta:

"Se estou denunciando, por exemplo, documentos queimados na base aérea de Salvador, como já foi o caso, e marco com os assessores para mostrar como é a história, evidentemente que eles vão passar a visita para a próxima semana e quando eu for lá não vou encontrar nada, não vamos mostrar a realidade para o público. O jornalismo investigativo é um jornalismo muito difícil na televisão. Não adianta ter só a informação, você tem que ter áudio e vídeo."

Durante o período em que trabalhou na TV Manchete, Eduardo Faustini já utilizava a câmera oculta. Na época eram câmeras grandes escondidas em bolsas furadas e não as microcâmeras existentes hoje em dia. "Já era uma necessidade mostrar aquilo que ninguém quer mostrar. A gente queria mostrar para a sociedade o que estava escondido", afirmou por telefone a esta pesquisadora. A área de denúncia sempre foi de seu interesse. Ao viver situações que com a câmera aberta não poderiam ser mostradas, Faustini começou a sentir necessidade de usar a câmera oculta. "A câmera oculta te dá uma verdade profunda, uma situação que não vai se revelar em frente a uma câmera aberta. No telejornalismo, não consigo fazer a denúncia se não mostrar, e o telespectador quer ver. Estamos falando de situações de denúncia, não do factual", disse por telefone.

Para Faustini, o trabalho do jornalismo investigativo de infiltração necessita da câmera oculta, mas o recurso não é pensado totalmente para o telejornalismo. Por isso, segundo o jornalista, apesar de haver equipamentos sofisticados, os avanços tecnológicos são poucos. "Às vezes você acha que a bateria tem 40 minutos e ela tem 15. Quando você vai ver o que foi gravado e vê que não tem, você enlouquece."

Durante palestra em outubro de 2013 no 8º Congresso Internacional da Abraji, realizado no Rio de Janeiro, Eduardo Faustini disse que a tecnologia das microcâmeras não é feita para a televisão. Com a tevê em alta definição, é cada vez mais exigido um padrão de qualidade da imagem pela engenharia da emissora. "Lógico que a relevância faz com que essas imagens sejam utilizadas, mas ela (a microcâmera) não foi feita para a tevê", afirmou. Eduardo Faustini enfatizou a falta de controle que o profissional tem sobre o material registrado pela microcâmera oculta. "Eu só conto minhas vitórias. O que eu já perdi de furo, vocês vão chorar junto comigo se eu falar. Você não tem controle sobre o material, não sabe o que está gravando", disse durante a palestra.

Os riscos que um jornalista corre ao trabalhar infiltrado e utilizando câmeras escondidas não são somente por causa de ameaças. Se o repórter é desmascarado, se sua real função no local é descoberta, surgirão problemas muito sérios. Para Faustini, a morte do jornalista Tim Lopes foi um divisor na forma de se fazer o jornalismo investigativo:

"Antes da morte do Tim, era normal toda a imprensa, principalmente do Rio (de Janeiro), que é dominado por traficantes que tinham domínio territorial, era normal a gente fazer contato com as associações de moradores, que faziam contato com os traficantes. Toda a imprensa fazia isso, mas a partir da morte do Tim isso acabou", afirmou. "Não negociamos mais com eles e não pedimos autorização para entrar. Ou a gente sobe e consegue a imagem com câmera oculta ou com imagem aérea, mas não negociamos mais a entrada no território." (FAUSTINI, 2014)

Segundo Faustini, após a morte de Tim Lopes, todos achavam que o jornalismo investigativo ia acabar. "Mas veio com mais força. A morte dele jogou um foco de luz em um trabalho que sempre foi feito na sombra."

Durante entrevista realizada em 15 de setembro de 2014 para este trabalho de pesquisa, Eduardo Faustini defendeu que o papel do jornalismo investigativo não é fazer justiça. "A intenção do jornalismo investigativo é informar, não é punir e prender. A minha preocupação é a informação. A punição cabe ao Ministério Público", disse por telefone.

Para Faustini, há diferenças entre jornalismo diário e o investigativo. "Tudo requer uma investigação, mas o jornalismo diário parte de um fato, o investigativo parte de uma informação. Dai você se infiltra e faz uma grande apuração. Quando falamos de jornalismo investigativo nós falamos de infiltração geralmente. A partir de uma denúncia, fazemos

cruzamento de informações, dados e pessoas para comprovar o ato ilícito. Daí que vem o trabalho investigativo, não é só entrevistar um delegado, um procurador e a vítima."

2.2 PREPARAÇÃO E DOMÍNIO

Ao longo dos anos, Eduardo Faustini desenvolveu várias formas de realizar seu trabalho para que o desenvolvimento da reportagem ficasse menos difícil. Segundo ele, é necessário ter domínio do assunto e do corpo e deve haver uma preparação para o "personagem" que ele vai "encenar". Falar pouco e ouvir mais é uma das principais técnicas que ele segue para realizar o trabalho. Ser redundante também auxilia para que o que está sendo dito ou feito fique o mais claro possível. Afirmou durante o congresso:

"Às vezes faço uma pergunta e ele responde de uma forma que quem está em casa não vai entender. Daí eu repito a pergunta várias vezes até ele repetir o que eu preciso ouvir. Ai o sujeito perde a paciência e fala exatamente o que está acontecendo. Fica uma conversa de maluco, mas uma hora dá certo." (FAUSTINI, 2013)

Outro ponto importante que Faustini ressalta é que, se está sendo filmada uma negociação com entrega de dinheiro, quanto mais trocado o dinheiro for, melhor. Assim, o sujeito terá que contar cédula por cédula para ver se o pagamento está completo. Afirmou durante a palestra, sem especificar qual universidade se tratava:

Essa técnica eu aprendi fazendo. A gente estava denunciando um reitor de uma universidade de Uberlândia que cobrava na faculdade de medicina para fazer procedimentos. Eu estava no gabinete dele, perguntei quanto era. Ele me cobrou e eu entreguei o dinheiro. Ele pegou o dinheiro e colocou na gaveta. Quando cheguei na redação para editar, o editor disse que não tinha a imagem do cara recebendo o dinheiro. Eu fiquei abismado. Foi tudo muito rápido e quase não dava para ver pelo vídeo. Ele pegou o dinheiro e colocou voando na gaveta. A partir disso eu aprendi que se tem que fazer pagamento de R\$ 5 mil, eu coloco tudo em nota de R\$ 10 e conto e reconto. (FAUSTINI, 2013)

Uma reportagem investigativa bem preparada muitas vezes demora de três a quatro meses para ir ao ar. Faustini afirma que em muitos casos não grava no primeiro encontro. "Às vezes vou a determinados locais que vou ser revistado, então vou sem nada. Às vezes vou almoçar com a pessoa e não gravo no primeiro ou no segundo encontro, só no terceiro, quando vejo que tenho domínio total do assunto", disse por telefone.

Para conseguir realizar o trabalho com total confiança, Eduardo Faustini dispõe de técnicas para ter o máximo de controle da situação que está denunciando, apesar de considerar a utilização da microcâmera oculta um "voo cego". Ele afirma que o principal no trabalho de infiltração é ter domínio sobre o corpo. "Se eu estou 'comprando' armas, drogas, eu tenho que

ter um controle total daquilo que estou falando. Tenho que participar daquilo como se fosse normal, afinal de contas eu estou passando por alguém que vive nesse mundo”, afirmou.

“Eu não posso gaguejar, eu não posso tremer, suar, eu tenho que ter um controle total. A minha vida em algumas situações depende exatamente do meu comportamento. Se vou fazer um pagamento minha mão tem que estar firme. A pessoa que está comigo tem que ter certeza que eu não estou mentindo, mas é lógico que no início não era tão tranquilo.” (FAUSTINI, 2013)

Faustini afirma que ele e a Rede Globo sempre trabalham com uma margem que não pode ser quebrada. "Quando me passo por alguém eu não tenho cargo publicado, não tenho documentação e não finalizo o ato. Então a falsidade ideológica, a falsificação de documento não existe."

Além do domínio do corpo, Faustini criou um jeito para ter domínio da câmera oculta, por ele a considerar um “voos cego”. Após perder diversos furos de reportagem por a câmera não ter gravado o flagra, Eduardo Faustini resolveu aderir a uma nova técnica: em vez de ele ir a um lugar desconhecido com uma câmera oculta, ele tem que conseguir atrair a pessoa para o ambiente onde tem o domínio total da situação. “Isso é fundamental porque assim tenho a qualidade do áudio checada, eu tenho vídeo garantido e enquadramento”, afirmou. Nos últimos anos, Faustini vem trabalhando em conjunto com o repórter cinematográfico Luiz Cláudio Azevedo.

Quando Eduardo Faustini se depara com uma situação que não é de seu universo, ele passa algumas semanas para entender como o comportamento e a linguagem em questão funciona. Em algumas situações, ele pede auxílio de pessoas que possam dar dicas. Para facilitar sua atuação no serviço em que está infiltrado, Faustini sempre atua como se estivesse entrando naquele mercado recentemente, seja ele qual for. "Dessa forma eu me dou o direito de perguntar e errar", disse.

Eu costumo dizer que se eu estiver vestido como o papa dentro do Vaticano, eu sou o papa. Se eu estiver em uma lagoa com pele de jacaré, rabo e boca de jacaré, eu sou jacaré. Quer dizer, eu fui me adaptando a essa situação que nos levou a uma qualidade melhor para fazer as reportagens investigativas. (FAUSTINI, 2013)

3. ANÁLISE DAS REPORTAGENS

Esta pesquisa contou com um *corpus* de análise composto por quatro reportagens² produzidas pelo jornalista Eduardo Faustini e exibidas no programa *Fantástico*, da Rede Globo. As reportagens foram analisadas segundo ordem cronológica em que foram exibidas no programa *Fantástico*, da Rede Globo. São elas: “Corrupção em São Gonçalo”, exibida em 21 de abril de 2002, com duração de 10 minutos e 38 segundos; “Fraude nas bombas de combustível”, exibida em 8 de janeiro de 2012, com duração de 18 minutos e 14 segundos; “Corrupção em repartição pública”, exibida em 18 de março de 2012, com duração de 22 minutos e 4 segundos; e, por fim, “A máfia da venda de túmulos em cemitérios do Rio de Janeiro”, exibida em 7 de julho de 2013, com duração de 14 minutos e 26 segundos. O *corpus* audiovisual analisado somou um total de 1 hora 5 minutos e 22 segundos e foi observado no mínimo quatro vezes.

3.1 DESCRIÇÃO DO *CORPUS* DE ANÁLISE

3.1.1 Corrupção em São Gonçalo – 21 de Abril de 2002 - 10 Minutos e 38 Segundos

- **Denúncia:** Em 2002, o então secretário de governo, planejamento e controle interno de São Gonçalo, George Calvert, recebia visitas frequentes de representantes de empresas e políticos que queriam propor negociatas, propinas e comissões ilícitas. Calvert concordou com a proposta do *Fantástico* de ser substituído por um repórter para que a equipe pudesse gravar e comprovar o que ele ouvia diariamente.

George Calvert se afastou do cargo por um mês. Durante esse tempo, ele foi substituído pelo jornalista Eduardo Faustini, que se passou por secretário interino da prefeitura de São Gonçalo. Câmeras e microfones foram escondidos no gabinete para registrar todas as audiências concedidas por Faustini. Em algumas situações, as gravações ocorreram com a presença do próprio secretário George Calvert.

² As reportagens descritas a seguir podem ser visualizadas pela banca no CD entregue junto a este trabalho de pesquisa.



Figura 3: *Take* da reportagem exibida no *Fantástico* sobre corrupção em São Gonçalo – O secretário George Calvert aceita proposta do *Fantástico*. Fonte: *Youtube*. Foto: Reprodução/TV Globo. Acesso em: 20 out de 2014

Durante o mês em que esteve como secretário interino, Faustini recebeu visitas de representantes de diferentes setores, a maioria interessada em fazer negociações. O primeiro a ser mostrado na reportagem foi Miguel Macedo. Ele era representante da empresa Marval, que fornecia material à prefeitura e fez várias visitas ao gabinete.

Macedo chegou a fazer cálculos e dizer que se o município gastasse R\$ 40 milhões por ano com a saúde comprando material dele a comissão seria milionária. "R\$ 40 milhões por ano, vai dar em média quanto? Vamos botar 20%. Dá R\$ 8 milhões. Pode chegar até mais, pode chegar a 9 a 10". Ele garantiu ainda que o esquema da propina não deixava provas. "Em dinheiro, entrego em dinheiro como nós fazemos sempre. Em real. Se quiser dólar, te arrumo dólar, fica ao seu critério. Não te dou cheque, não te dou nada", explica o representante da Marval.

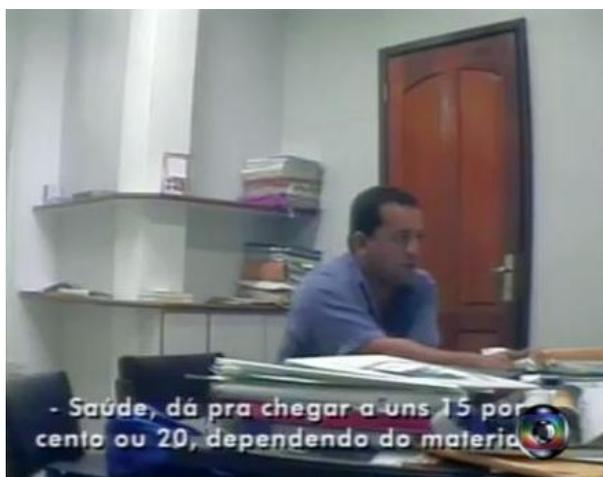


Figura 4: *Take* da reportagem exibida no *Fantástico* sobre corrupção em São Gonçalo – O representante Miguel Macedo explicando o esquema de comissão. Fonte: *Youtube*. Foto: Reprodução/TV Globo.

O esquema mostrado na reportagem era simples: a prefeitura pagava o fornecedor, o fornecedor descontava o cheque e uma porcentagem voltava ilegalmente para o responsável pelo pagamento. Um ex-vereador, que durante seis anos foi presidente da Câmara Municipal de São Gonçalo, também aparece nas negociatas. Na época, Geraldo Cunha era presidente da Associação dos Guardadores Autônomos do município. Ele queria que os estacionamento fossem controlados pela associação.

Durante a conversa, Cunha revela que quando presidente da Câmara Municipal aumentava o salário dos assessores, mas quem ficava com o dinheiro eram os vereadores.

Para tentar ser o responsável pela administração dos estacionamento do município, o representante da Administradora de Terminais Rodoviários (Adter) Giovani Genta também fez propostas a Faustini. “A partir de 10% a 20% eu acho que seria um número que a gente poderia chegar”, afirmou Genta.

Outro político que aparece na reportagem era o então vereador Ricardo Castor. Castor chega ao gabinete acompanhado de seu advogado Miguel Nogueira. O vereador já entra na sala pedindo desculpas e dizendo que estava “fazendo política”. Castor diz que a negociação tem que prosseguir com o advogado e que não iria conversar sobre o assunto naquele local. Após Castor sair da sala, o advogado diz que ele não quer tocar em dinheiro com Eduardo Faustini, então secretário interino. Nogueira puxa uma lista de papel e explica todo o esquema para Faustini. “Independente dessas coisas, trinta por mês e cinquenta agora para compensar os atrasados”, disse Nogueira.

Procurados pela equipe do *Fantástico*, os envolvidos na denúncia negaram a participação na tentativa de corrupção. Miguel Macedo se apresentou como funcionário da Marval Comércio e Serviços Limitada. A equipe foi recebida na sede da empresa por Itamar, que teve o nome citado no gabinete do secretário. Itamar garante não conhecer Miguel Macedo. O representante da empresa Adter Giovani Genta negou haver definição de comissões. O vereador Ricardo Castor negou que pediu dinheiro para deixar de ser oposição. Já o ex-presidente da Câmara Municipal Geraldo Cunha defendeu a política da negociata.

Ao final da reportagem, George Calvert, o secretário “verdadeiro”, faz um desabafo: “Se eu não puder entrar pela porta da frente, se eu não puder entrar de cabeça erguida, se eu não puder dizer a esses canalhas que não, que não vou ter esses benefícios que eles querem, ilícitos, ilegais, contrários a vontade de quem os elegeu, se eu não puder dizer isso, então a vida não vai ser vivida, o meu cargo não serve para nada, estou no lugar errado.”

De acordo com o *site Consultor Jurídico* (EX-VEREADOR DE SÃO GONÇALO E ADVOGADO SÃO CONDENADOS POR CORRUPÇÃO, 2003), o ex-vereador de São Gonçalo Ricardo Crespo de Araújo, conhecido como Castor, e seu advogado, Miguel Nogueira, foram condenados a quatro anos de prisão por tentarem corromper um funcionário público. No mesmo processo, também foi condenado o presidente da Associação de Guardadores de Automóveis Autônomos, José Geraldo da Cunha, por corrupção ativa. A pena foi estipulada em três anos de prisão por ter prometido vantagem indevida ao secretário em troca do direito à exploração de estacionamentos no Município. No início de junho de 2003, Castor e Nogueira tiveram seus direitos políticos suspensos pelo período de cinco anos pela 4ª Vara Cível de São Gonçalo. Ao jornalista Eduardo Faustini, a reportagem rendeu menção honrosa no Prêmio Embratel de Jornalismo para a matéria “Corrupção em São Gonçalo”.

3.1.2 Fraude nas Bombas de Combustível - 8 de Janeiro de 2012 - 18 Minutos e 14 Segundos

- **Denúncia:** A reportagem de 18 minutos de André Luiz Azevedo e Eduardo Faustini mostrou como os motoristas são roubados sem perceber quando abastecem o carro em um posto de combustível. A fraude não deixa pistas. Se o motorista desconfiar de alguma coisa, não adianta reclamar porque o golpista faz a bomba voltar ao normal com um controle remoto. O motorista compra a gasolina e simplesmente não leva tudo o que paga.

Para investigar as fraudes no mercado de combustíveis no Brasil, durante dois meses, o repórter Eduardo Faustini assumiu o comando de um posto em uma das principais ruas de Curitiba, no Paraná. A reportagem faz questão de deixar claro que o posto ficou fechado nesse período e não recebeu nenhum consumidor. Portanto ninguém foi prejudicado. Neste posto em Curitiba, a reportagem conseguiu flagrar as propostas de golpe, fraudes e todo o tipo de negócio para roubar o bolso do consumidor.

Antes do jornalista Eduardo Faustini “entrar em ação” na reportagem, o repórter André Luiz Azevedo visitou postos de combustível de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Um tanque de combustível transparente de 20 litros foi colocado na mala do veículo. Com este tanque foi possível checar o volume de combustível. A equipe do *Fantástico* teve auditoria da Associação Brasileira de Combate à Fraude e os exames foram feitos pela maior empresa de controle de qualidade credenciada pelo Inmetro – a Falcão-Bauer.

A trajetória da reportagem começou em São Paulo. No primeiro posto que a equipe para, o carro já está abastecido. O combustível comprado cai diretamente no equipamento que está na mala do carro. Em todos os postos visitados, foram colocados 20 litros de gasolina. Depois, cada amostragem foi levada para o laboratório para conferir se a quantidade estava correta. A aferição foi feita em um recipiente aprovado pelo Inmetro. A reportagem explica que a margem de erro é de 100 mililitros. A tolerância prevista na lei é de 100 mililitros abaixo ou acima dos 20 litros, ou seja, 0,5% do total.



Figura 5: *Take* da reportagem exibida no *Fantástico* sobre fraude em postos de combustível – Tanque colocado na mala do veículo para teste. Fonte: *Youtube*. Foto: Reprodução/TV Globo. Acesso em: 20 de outubro de 2014

Um dos postos visitados em São Paulo chegou a roubar 1.400 ml de combustível na mostra padrão de 20 litros. Em outro posto testado no Rio de Janeiro a fraude chegou a 12%, o que corresponde a 2,41 litros a menos na mostra padrão.

O repórter André Luiz Azevedo voltou ao posto do Rio de Janeiro e pediu que fosse feito um teste para comprovar o roubo. Na frente do repórter, a mesma bomba que fraudava agora estava correta.

Após os testes nos postos do Rio de Janeiro e de São Paulo, o repórter Eduardo Faustini, se passando por proprietário de um posto, “entra” na reportagem. Primeiro ele liga para um fornecedor de etanol e descobre que comprar combustível clandestino, sem nota e sem fiscalização é fácil.

Em Curitiba, a reportagem também checkou postos suspeitos de roubar na quantidade vendida ao consumidor. O repórter André Luiz Azevedo voltou nos dois postos onde a diferença foi maior. Em um dos postos, a bomba não é corrigida a tempo e continua a fraudar o consumidor. O gerente do posto fala ao telefone.

O repórter André Luiz Azevedo questiona o gerente do posto sobre se a empresa que faz a manutenção é credenciada. O gerente responde que sim e afirma que o responsável é o Cléber, nome citado em vários postos que a reportagem flagrou roubando os motoristas em Curitiba.



Figura 6: *Take* da reportagem exibida no *Fantástico* sobre fraude em postos de combustível – Gerente de posto fala ao telefone após bomba não ser corrigida a tempo. Fonte: *Youtube*. Foto: Reprodução/TV Globo.

Eduardo Faustini, no papel de dono de uma rede de postos interessada na fraude, faz contato com Cléber. Sem saber que estava sendo gravado, Cléber Salazar vai ao posto fechado. Primeiro ele se mostra desconfiado e quer saber quem o indicou. “Quem indicou, preciso saber quem. Primeira pergunta é quem passou o telefone, quem é a pessoa. Só pra mim (sic) saber. Eu preciso saber”, afirmou. Faustini diz que precisa que Cléber prepare a bomba para ele. Mais tranquilo Cléber explica como é o esquema de fraude.

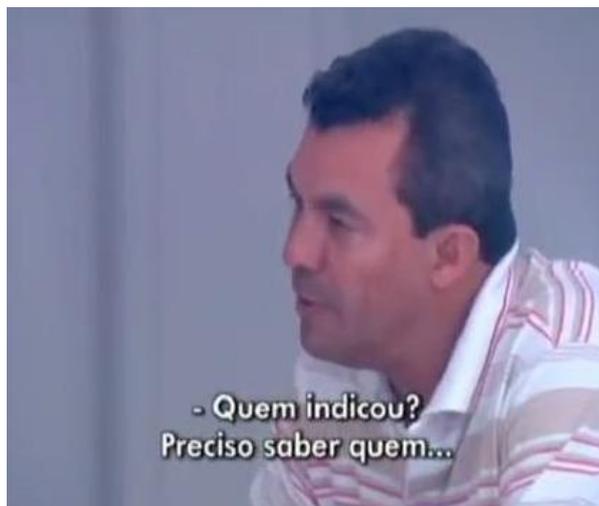


Figura 7: *Take* da reportagem exibida no *Fantástico* sobre fraude em postos de combustível – Desconfiado, Cléber Salazar quer saber quem o indicou. Fonte: *Youtube*. Foto: Reprodução/TV Globo.

A fraude eletrônica é instalada separadamente, em cada saída de combustível, que ele chama de bico. Cada bico fraudado custa R\$ 5 mil. Faustini pergunta se Cléber será responsável pela manutenção do equipamento. “Isso. Ai nós vamos acertar um mínimo por mês. Um “xix” lá por mês para eu cuidar pra você”, diz Cléber.

Mais a vontade, Cléber afirma que tem acesso a informações sobre a fiscalização em Curitiba. Faustini questiona até aonde vai a assessoria do fraudador. “Até no alto escalão que avisa a gente quando tá passando, quando não tá passando, entendeu?”, afirma Cléber.



Figura 8: *Take* da reportagem exibida no *Fantástico* sobre fraude em postos de combustível – Cléber diz que tem acesso a informações sobre a fiscalização em Curitiba. Eduardo Faustini aparece no vídeo sem ser identificado.

Fonte: *Youtube*. Foto: Reprodução/TV Globo. Acesso em: 20 de outubro de 2014

Cléber explica ainda que o controle remoto utilizado para fraudar as bombas deve ficar sempre no bolso de alguém, caso algum consumidor reclame. Com um toque, o fraudador arma e desarma o esquema, na hora que quiser. “O cara tem que estar plantado aqui. Se chega o tiozinho que fala ‘ah, não deu...’ Vamos lá aferir. Vai dar certo”, explica.

Após a gravação, o repórter André Luiz Azevedo procurou Cléber para uma entrevista. Por telefone, Cléber negou que os postos que ele atendia fornecessem menos combustível do que o que marca na bomba. Depois, ainda sem saber que toda a negociação tinha sido gravada, Cléber marcou um encontro com a reportagem do *Fantástico* e voltou a negar a fraude.

O então superintendente do Ipe/SP, José Tadeu Penteado, explica ao *Fantástico* a dificuldade em descobrir essa fraude. “A bomba funciona corretamente até que o proprietário do posto ou seu gerente ativa a fraude com o controle remoto”, afirma. “Um controle comum. Quando a fiscalização chega, ele desativa a fraude. Quando a fiscalização sai e o consumidor

chega, ele novamente ativa a fraude por radiofrequência. Ela tem um radiotransmissor exatamente como existe no portão de garagem“, explica Penteadó.

Em entrevista ao final da reportagem, um representante do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis defende uma fiscalização mais enérgica. A Agência Nacional de Petróleo propõe uma ação conjunta com órgãos de inteligência e o Inmetro diz que contratou especialistas em informática para achar a forma de combater a fraude.

3.1.3 Corrupção em Repartição Pública - 18 de Março de 2012 - 22 Minutos e 4 Segundos

- **Denúncia:** Durante dois meses, o repórter Eduardo Faustini se passou por gestor de compras do hospital de pediatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para acompanhar todas as negociações, contratações e compras de serviço. A reportagem, com duração de 22 minutos, teve o objetivo de saber se existia oferta de propina, pagamento de suborno e como era feito o esquema de fraude nas licitações da saúde pública.

Faustini teve um gabinete dentro do hospital. Somente o diretor e o vice-diretor da instituição sabiam que o novo gestor de compras na verdade era um repórter do *Fantástico*. Para todos os outros funcionários, Faustini era mesmo o novo responsável pelo setor de compras.

Edmilson Migowski, diretor do Instituto de Pediatria da UFRJ, explicou ter aceitado a proposta do *Fantástico* para desmistificar que todo comprador de hospital, a princípio, é visto como desonesto. "Acaba que essa associação do fornecedor desonesto com o comprador desonesto acaba lesando os cofres públicos. E a gente quer mostrar que isso não é assim, em alguns hospitais não é assim que funciona", afirmou Migowski.

As negociações foram filmadas de três ângulos diferentes e levadas até o último momento antes da liberação do pagamento. A reportagem de Eduardo Faustini e André Luiz Azevedo destaca que nenhum negócio foi concretizado e nenhum dinheiro foi gasto.

Com autorização da direção do hospital, o jornalista Eduardo Faustini convocou licitações em regime emergencial. Essas licitações são feitas por convite, são fechadas ao público. O gestor convida quem ele quiser.

Eduardo Faustini escolheu quatro empresas (Bella Vista, Locanty, Rufolo e Toesa), que estavam entre os maiores fornecedores do Governo Federal. Três dessas empresas já eram investigadas pelo Ministério Público.

O primeiro representante a aparecer na reportagem é Cassiano Lima, gerente da Toesa Service, uma locadora de veículos. Ele começa a conversa querendo saber quem o recomendou, mas depois já explica como funciona a negociata. Para se referir à porcentagem desviada, Cassiano usa um código: a palavra "camisas". "Dez camisas, então? Dez camisas?", sugere Lima. O repórter pergunta: "Pode melhorar isso, não?". Cassiano aumenta a propina. "Quinze", diz ele.

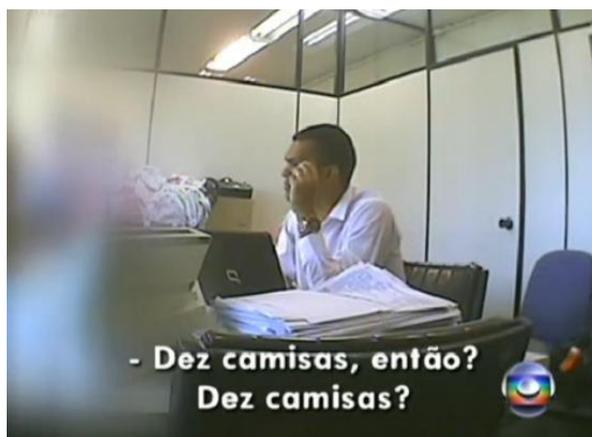


Figura 9: *Take* da reportagem exibida no *Fantástico* sobre fraude nas licitações na saúde pública – Cassiano se refere a porcentagens com a palavra “camisa”. Eduardo Faustini aparece no vídeo sem ser identificado. Fonte: *site G1*. Foto: Reprodução/TV Globo. Disponível em: g1.globo.com/fantastico. Acesso em: 20 de outubro de 2014

Renata Cavas é gerente da Rufolo Serviços Técnicos e Construções. Ela foi chamada para a licitação de contratação de mão de obra para jardinagem, limpeza, vigilância e outros serviços. Durante a conversa, Renata vai direto às propostas. "Eu quero o serviço. Você escolhe o que você quer. Vou fazer. Faça meu preço, boto. Qual é o percentual? Dez?", questiona Renata.

A reportagem explica que o pagamento é sempre em dinheiro. Ao questionar Renata sobre o tipo da moeda, ela sorri. "Como você quiser, até iene. Quer iene?" Ela faz outra visita à sala do suposto gestor, e Eduardo Faustini pergunta qual é o melhor lugar para entregar a propina. "Shopping, praia. Shopping. Subsolo, discreto. Quinta da Boa Vista. Sensacional. Floresta da Tijuca. Olha aí que bacana", afirma Renata.



Figura 10: *Take* da reportagem exibida no *Fantástico* sobre fraude nas licitações na saúde pública – Renata Cavas diz que o pagamento pode ser até em iene. Fonte: *site G1*. Foto: Reprodução/TV Globo. Disponível em: g1.globo.com/Fantástico. Acesso em: 20 de outubro de 2014

Carlos Alberto Silva é diretor e Carlos Sarres, gerente da Locanty Soluções e Qualidade. Eles foram convidados para a licitação de coleta de lixo hospitalar. Os empresários explicam como é feito o esquema para ninguém perceber o pagamento da propina. "Onde você marcar. Os caras são muito discretos. Nem parece que é dinheiro. Traz em caixa de uísque, caixa de vinho. Fica tranquilo. A gente está acostumado com isso já", afirma Sarres.



Figura 11: *Take* da reportagem exibida no *Fantástico* sobre fraude nas licitações na saúde pública – Carlos Sarres diz que dinheiro pode ser levado em caixa de uísque. Fonte: *site G1*. Foto: Reprodução/TV Globo. Disponível em: g1.globo.com/fantástico. Acesso em: 20 de outubro de 2014

O próximo a aparecer na reportagem é o então presente da Toesa, David Gomes. Ele explica em quanto tempo o dinheiro estará nas mãos de Faustini, então gestor de compras. "Bateu o crédito na conta. No máximo 48 horas depois, está na sua mão", explica. "Uma das

coisas que eu passo para os meus filhos e que eu aprendi: eu protejo meu contratante, meu contratante me protege", diz Gomes.

Jorge Figueiredo é representante comercial da Bella Vista Refeições Industriais. Ele dá exemplo de como o esquema de propina pode chegar a valores absurdos. "Isso é bom quando você está falando de três, como eu tenho aí. Eu tenho fornecimento de 12 mil serviços por dia. Aí, meu irmão. Tu bota 12 mil serviços em um dia, acrescentando mais um real em cada serviço e projeta isso para 30 dias. Aí é o diabo", diz Figueiredo.

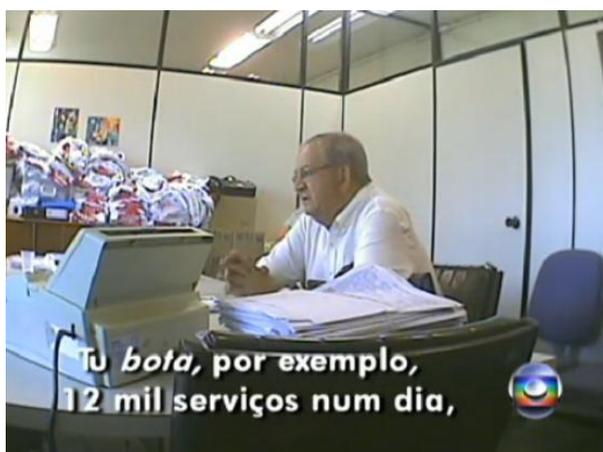


Figura 12: *Take* da reportagem exibida no *Fantástico* sobre fraude nas licitações na saúde pública – Jorge Figueiredo explica como o esquema pode chegar a valores absurdos. Fonte: *site G1*. Foto: Reprodução/TV Globo. Disponível em: g1.globo.com/Fantástico. Acesso em: 20 de outubro de 2014

A reportagem explica que na maioria das vezes essas fraudes são feitas em licitações emergenciais. Como a lei prevê concorrência, mesmo em licitações em regime emergencial, a empresa que corrompe se oferece para conseguir as outras concorrentes. As concorrentes que fazem parte do esquema entram com orçamentos mais altos que o da primeira empresa. Entram para perder. Renata explica que se trata de uma troca de favores. "Isso é muito normal, tá? É extremamente normal", diz.

Ainda se passando por gestor de compras, Eduardo Faustini pede a presença do dono da empresa Rufolo para confirmar o pagamento da propina. Rufolo Villar vai ao hospital. O empresário chama a fraude de "acordo de mercado".

No dia do pregão, os representantes das empresas vão ao hospital para completar a fraude. A reportagem explica que a ata da licitação para a contratação de empregados para serviços gerais tem que ser feita por um funcionário público responsável pela concorrência, mas o documento oficial é redigido pelos representantes das empresas.

Após mostrar todo o esquema de propina, a reportagem do *Fantástico* foi atrás dos denunciados. O repórter André Luiz Azevedo telefona para o presidente da Toesa. "Vocês cismam que tem carta marcada e não tem prova para isso. Você tem prova de que existe licitação de carta marcada?", questiona aos gritos David Gomes.

A reportagem também telefonou para a empresa Rufolo. Quem atende é a própria Renata, que aparece nas negociações. Ela diz que o empresário vai falar e marca a entrevista. No dia marcado, uma secretária da empresa informa que ninguém falaria.

Ao ser questionado sobre a fraude, Jorge Figueiredo parece não acreditar. "Só pode ser trote. Para de gozação", afirma. A reportagem informa que Figueiredo desistiu de disputar o contrato no meio da licitação.

O repórter André Luiz Azevedo vai até a sede da Locanty. O gerente Carlos Sarres nega qualquer envolvimento nas fraudes. Por email a Locanty informou que afastou temporariamente Sarres da gerência.

Ao final da reportagem, o então ministro da Controladoria Geral da União, Jorge Hage, diz que em oito anos mais de três mil funcionários públicos foram punidos. Ele defende que haja maior rigor para os maus empresários.

De acordo com o *site G1 (FANTÁSTICO MOSTRA COMO É FEITA FRAUDE EM LICITAÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA, 2012)*, o delegado Victor Poubel, titular da delegacia de repressão a crimes financeiros da Polícia Federal do Rio de Janeiro, informou na época que iria abrir um inquérito para investigar a denúncia do Fantástico. De acordo com Poubel, todas as pessoas que apareceram na reportagem seriam intimadas a prestar depoimento e todos os contratos seriam investigados. Segundo o *site Rio Informação (AHMED, 2012)*, a Polícia Federal intimou 48 pessoas para depor sobre a fraude em licitações.

Os jornalistas Eduardo Faustini, André Luiz Azevedo e Renato Nogueira receberam o troféu do Grande Prêmio Barbosa Lima Sobrinho, pela autoria da reportagem.

3.1.4 Máfia da Venda de Túmulos em Cemitérios do Rio de Janeiro - 7 de Julho de 2013 - 14 Minutos e 26 Segundos

- **Denúncia:** A reportagem de 14 minutos de Eduardo Faustini e José Henrique mostra funcionários da instituição que administra os 13 cemitérios públicos do Rio de Janeiro vendendo sepulturas piratas, abertas e construídas sem a devida autorização da prefeitura e por preços milionários. Durante dois meses o repórter Eduardo Faustini negociou a compra de

túmulos ilegais em três cemitérios públicos administrados pela Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro.

A investigação começa com telefonemas para a administração dos três cemitérios: São João Batista, o único da zona sul, área mais cara da cidade; o cemitério da Cacuia e o São Francisco Xavier, mais conhecido como Caju.

No cemitério da Cacuia, Faustini encontra Ismael, funcionário que disse ao telefone que conversaria sobre dinheiro só pessoalmente.

Ismael chama o administrador do cemitério Djalma para conduzir a negociação. Djalma chega a um local que considera tão bom que ele mesmo gostaria de ser enterrado ali. "O dia que tiver dinheiro, eu vou fazer ali", diz Djalma. Ele explica que o local é bom por ser de frente para as capelas.



Figura 13: *Take* da reportagem exibida no *Fantástico* a máfia da venda de túmulos ilegais no Rio de Janeiro – Administrador de cemitério diz que quer ser enterrado em área nobre. Fonte: *Youtube*. Foto: Reprodução/TV Globo. Acesso em: 20 de outubro de 2014

Faustini pergunta a Djalma quanto gastaria se fizesse uma sepultura naquele local. Djalma pergunta se Faustini faz questão de declarar no Imposto de Renda. "O que eu posso fazer pro senhor, vou dar um papo reto pro senhor. O senhor faz questão de declarar isso no Imposto de Renda?", questiona Djalma.

Djalma explica que pode dar uma nota fiscal antiga a Faustini. Djalma afirma que fecha o serviço por R\$ 100 e dá uma nota retroativa de 2010 de R\$ 30 mil.

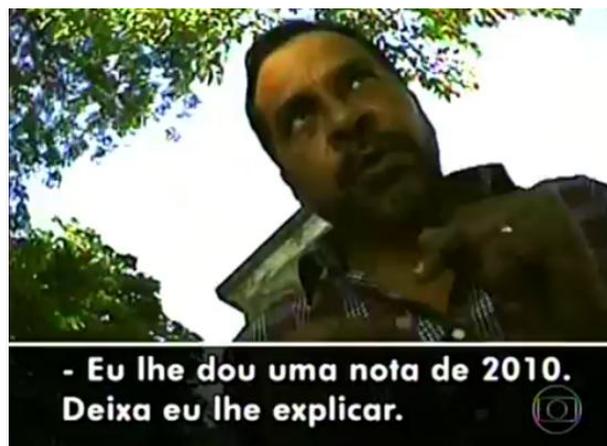


Figura 14: *Take* da reportagem exibida no *Fantástico* a máfia da venda de túmulos ilegais no Rio de Janeiro – Djalma explica que pode dar uma nota fiscal antiga. Fonte: *Youtube*. Foto: Reprodução/TV Globo

No cemitério do Caju, Faustini é apresentado ao subchefe chamado Sandro. Sandro mostra o local da futura cova clandestina e dá o preço de R\$ 180 sem nota fiscal.

A reportagem explica que os cemitérios da Cacuia e do Caju não chegaram a construir as sepulturas ilegais oferecidas a Faustini. No cemitério do Caju, o túmulo ficaria na calçada, onde já existem sepulturas, o que é proibido.

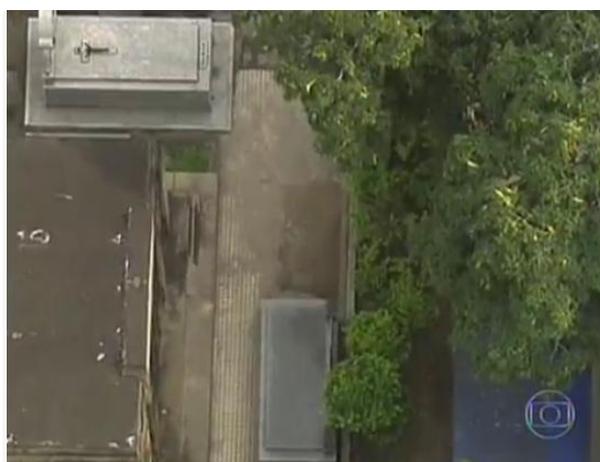


Figura 15: *Take* da reportagem exibida no *Fantástico* a máfia da venda de túmulos ilegais no Rio de Janeiro – Local da futura cova clandestina no cemitério do Caju. Fonte: *Youtube*. Foto: Reprodução/TV Globo

Eduardo Faustini vai até o cemitério São João Batista, o mais caro do Rio de Janeiro. Lá ele é acompanhado pelas funcionárias da Santa Casa, Mônica e Sheila. As funcionárias explicam que os lugares mais valorizados são os perto da capela e da entrada.

Elas levam o repórter até o local mais valorizado do cemitério e revelam uma das formas de enganar a fiscalização da prefeitura do Rio. Elas negociam túmulos que pertencem a outras famílias. "São sepulturas abandonadas. A gente não tem o cadastro de ninguém. Hoje

eu te conheço, eu tenho seu telefone, mas daqui a dez anos já perdi", explica uma das funcionárias.

As funcionárias explicam que a sepultura ilegal é construída em dois dias e que ninguém coloca no imposto de renda. "Em dois dias já deixa ela até caiada e tal. Eu deixo ela até feia pra não chamar atenção que a gente construiu, não avisa ninguém", afirmou Sheila. Faustini pergunta sobre o imposto de renda. "Ninguém coloca no imposto de renda", diz Sheila.



Figura 16: *Take* da reportagem exibida no *Fantástico* a máfia da venda de túmulos ilegais no Rio de Janeiro – Mônica e Sheila explicam que a sepultura é construída rapidamente. Fonte: *Youtube*. Foto: Reprodução/TV Globo

No dia seguinte, Faustini volta ao cemitério São João Batista e as funcionárias garantem que a quadra que ele escolheu é a mais nobre. "É na entrada do cemitério. Toda quadra perto da entrada é isso. Vai ter que construir isso à noite, pra não chamar atenção, os funcionários não dedurar pra prefeitura, entendeu?", explicou Sheila.



Figura 17: *Take* da reportagem exibida no *Fantástico* a máfia da venda de túmulos ilegais no Rio de Janeiro – Funcionária de cemitério diz que tem que construir à noite para os funcionários não dedurarem. Fonte: *Youtube*. Foto: Reprodução/TV Globo

Como a construção sem avaliação e autorização da prefeitura é proibida, Sheila diz que o jeito é simular, na documentação, que a sepultura é antiga.

Por telefone, a funcionária Mônica avisa que a obra já começou. Faustini pergunta em quanto fechou a obra. "Três zero cinco", afirma Mônica. "R\$ 305 mil?", questiona Faustini. "Isso, isso", confirma a funcionária.

A reportagem explica que são R\$ 305 mil por um espaço de dois metros por um. Segundo a reportagem, o metro quadrado do São João Batista custa sete vezes mais que o metro quadrado no bairro do Leblon, o mais caro do Brasil. O mesmo espaço em um cemitério particular sai por R\$ 72 mil.

Os funcionários que oferecem sepulturas clandestinas ao repórter Eduardo Faustini afirmam que o responsável pela Santa Casa, Dahas Zarur, recebe dinheiro das vendas ilegais. Zarur disse ser roubado pelos funcionários e negou receber dinheiro. "Não é verdade. Radicalmente não é verdade. Vendem, roubam, fazem. Isso eu afirmo e provo", afirmou Zarur.



Figura 18: *Take* da reportagem exibida no *Fantástico* a máfia da venda de túmulos ilegais no Rio de Janeiro – Dahas Zarur nega receber dinheiro pela venda ilegal de túmulos. Fonte: *Youtube*. Foto: Reprodução/TV Globo

A reportagem informa que, segundo certidões de registro de imóveis atualizadas em 22 de junho de 2013, Zarur, a esposa, o filho, as netas e a nora compraram, transferiram e venderam mais de 50 imóveis nos últimos 30 anos, sendo a maioria deles no Leblon.

Na época em que a reportagem foi feita, as dívidas trabalhistas levaram a justiça a bloquear as contas bancárias da Santa Casa. Um dos irmãos da Santa Casa afirma que a entidade chegou a ter mais de 800 imóveis. "Hoje tem 700 e pouco", afirmou Antonio Carlos Leite Penteado.

A reportagem também foi atrás para saber como foi vendido um desses imóveis, no Rio de Janeiro, em 2012. O imóvel foi vendido por R\$ 12 milhões e pagos em 28 cheques. Um dos cheques de R\$ 500 mil foi parar na conta do escrevente do cartório que lavrou a escritura de compra e venda desse mesmo imóvel.

Com uma câmera oculta, Faustini questiona o escrevente. Ele confirma que o dinheiro foi depositado em sua conta e diz que a Santa Casa não devia dinheiro para ele. O escrevente afirma que receberia uma comissão de 10% do valor depositado. Ele seria laranja na operação ilegal. "Ai, em vez de me dar os 10% que me prometeram, me deram 5%", afirmou.

A escritura, de setembro de 2012, registra a presença do provedor da Santa Casa, Dahas Zarur no ato da venda desse mesmo imóvel. Zarur nega e diz que tomou conhecimento um ano depois. Ele também nega que tenha endossado o cheque de R\$ 500 mil. "Não era minha assinatura", diz o provedor.

Desde o início de 2013, o Hospital Geral da Santa Casa deixou de receber recursos do SUS. O Ministério da Saúde afirma que encontrou irregularidade na prestação de serviços. A instituição também perdeu o certificado de filantropia. A prefeitura do Rio, por sua vez, se disse insatisfeita com a gestão dos cemitérios públicos do município. "Claro que a gente não está satisfeito. Esse é o principal motivo pelo qual a gente vai fazer uma nova licitação", afirma Jorge Arraes, subsecretário de Concessões e Proj. Estratégicos da Prefeitura/RJ.

Ao final da reportagem, a funcionária Sheila continua querendo receber o dinheiro pelo túmulo pirata erguido no São João Batista. "Você tem com dar uma aqui?", pergunta por telefone a Faustini. O repórter diz que vai tentar. Sheila então diz: "Por favor. Olha, amanhã minha sobrinha vai casar, eu tenho de pintar o cabelo branco hoje."

3.2 ANÁLISE

A análise das quatro reportagens descritas neste trabalho de pesquisa foi desenvolvida a partir de três pontos de vista: do teórico, da encenação feita pelo repórter Eduardo Faustini durante as reportagens exibidas no programa *Fantástico*, da Rede Globo, e das condições de trabalho de Faustini.

Do ponto de vista da discussão teórica produzida no início deste trabalho, a análise demonstrou em primeiro lugar que, conforme o autor Nilson Lage (2001, p. 139) afirma, ao definir passos para o processo de produção de uma reportagem investigativa, as reportagens "Corrupção em São Gonçalo" e "Corrupção em repartição pública" têm muito em comum,

tanto no conteúdo da denúncia como na forma de apuração da reportagem. Ao analisá-las é possível afirmar que o passo inicial para a produção da reportagem foi a fonte, que deu pistas para o repórter sobre as irregularidades ocorridas. Lage afirma que a concepção da reportagem pode decorrer de várias experiências: pequenos fatos inexplicáveis ou curiosos, pistas dadas por informantes ou fontes regulares, leituras, notícias novas ou a observação direta da realidade.

Ambas as reportagens iniciam-se com a explicação de que as autoridades responsáveis pela instituição ou pelo cargo assumido corroboraram com o trabalho do repórter. Já as reportagens “Fraude nas bombas de combustível” e “A máfia da venda de túmulos em cemitérios do Rio de Janeiro” abordam um tipo de fraude que muitos sabem que existe, mas às vezes não têm como comprovar. Para isso, além de denúncias que provavelmente recebeu, o repórter dispôs também da observação direta da realidade para investigar e checar se a informação recebida era verídica.

Pela análise, pode-se afirmar que Eduardo Faustini não denunciou as situações só porque lhe parecia que algo irregular estava sendo realizado. Antes disso, Faustini apurou o máximo de informações para comprovar a denúncia. Dirceu Fernandes Lopes (2003, p.23) ao falar sobre apuração jornalística afirmar que o repórter deve ter em mãos o máximo de provas documentais que qualifiquem a irregularidade.

O segundo passo para a produção de uma reportagem, segundo Lage, é o estudo de viabilidade: “se existem documentos disponíveis ou fontes que possam ser acessadas, se há recursos e tempo e que resultados podem ter a investigação”. (2001, p. 139)

O jornalista Eduardo Faustini não é um repórter especial somente pelos métodos usados para produzir as reportagens investigativas. Faustini afirma que dispõe de recursos essenciais para a produção de uma reportagem investigativa e que a maioria dos jornalistas não tem: tempo e condições materiais de alto custo.

Para a apuração de algumas reportagens, Eduardo Faustini precisa de meses. Em todas as reportagens descritas no *corpus* analisado é informado ao telespectador que Faustini se infiltrou ou negociou durante pelo menos um mês. Em “Corrupção em São Gonçalo”, o repórter se passou por secretário interino na prefeitura de São Gonçalo, município do Rio de Janeiro, durante um mês. Em “Fraude nas bombas de combustível”, durante dois meses ele assumiu o comando de um posto em uma das principais ruas de Curitiba, no Paraná. Em “Corrupção em repartição pública”, Eduardo Faustini se passou por gestor de compras do Hospital de Pediatria da UFRJ durante dois meses. Faustini também levou dois meses para

negociar a compra de um túmulo “pirata” na reportagem “Máfia da venda de túmulos em cemitérios do Rio de Janeiro”.

Para manter um repórter como Eduardo Faustini, a Rede Globo disponibiliza recursos materiais para que sejam garantidas as condições materiais e físicas do trabalho do repórter, como transporte, hotéis, equipamentos de alta tecnologia, além da segurança pessoal de Faustini, como foi relatado durante a entrevista. Eduardo Faustini pode ser considerado um repórter “caro”. Ele necessita de recursos financeiros que não é qualquer emissora que tem a possibilidade de bancar e manter. Um repórter do jornalismo diário provavelmente enfrentaria dificuldades com as emissoras ao tentar realizar uma reportagem investigativa da forma que Eduardo Faustini faz.

Eduardo Faustini também tem acesso a documentos imprescindíveis para a denúncia durante o próprio processo de apuração. Na reportagem “Corrupção em repartição pública”, por exemplo, a ata da licitação para contratação de empregados para serviços gerais é redigida pelos representantes das empresas. O repórter só teve acesso a este documento porque ele estava presente no momento em que o ato foi realizado. Com a comprovação de que o documento foi fraudado, foi possível denunciar mais uma irregularidade por meio da reportagem.

O terceiro e quarto passo definido por Nilson Lage é “familiarizar-se com o assunto, que envolve alguma pesquisa e consulta a fontes secundárias” e “desenvolver um plano de ação, incluindo custos, métodos de arquivamento e cruzamento de informações”. (2001, p. 139)

Durante as reportagens, é possível notar que Faustini utiliza métodos padrões. Nas reportagens, ouve-se pouquíssimas vezes a voz de Eduardo Faustini. Durante a análise do material exibido, o repórter tenta falar o mínimo possível para que as negociações fiquem bem claras e as denúncias sejam exibidas com o maior detalhamento possível. Em entrevista para este projeto de pesquisa, Faustini afirmou que quando se depara com uma situação que não é de seu universo, ele passa algumas semanas para entender como o comportamento e a linguagem em questão funciona. Segundo Faustini, uma reportagem investigativa muitas vezes demora de três a quatro meses para ir ao ar. Em algumas situações, ele também pede o auxílio de pessoas que possam dar dicas. Para facilitar sua atuação no trabalho de reportagem que está infiltrado, Faustini sempre atua como se estivesse entrando naquele ambiente investigado recentemente, seja ele qual for.

3.2.1 Encenação

A função de Eduardo Faustini nas reportagens investigativas analisadas vai além do papel de um repórter comum. Faustini estica ao máximo o limite ético do jornalismo ao se passar por outra pessoa e assumir outra função que não pertence a ele. Na reportagem “Corrupção em repartição pública”, ele chega a montar um falso gabinete dentro do hospital investigado. Somente o diretor e o vice-diretor da instituição sabiam que Faustini era um repórter e não o novo gestor de compras do hospital. Foram 35 dias de produção no falso gabinete e Faustini entrava todos os dias para trabalhar de 9 horas da manhã às 18 horas da noite.

É importante ressaltar que a reportagem sempre deixa claro que o ato ilícito não está sendo concretizado pelo repórter. Na reportagem “Máfia da venda de túmulos em cemitérios do Rio de Janeiro”, por exemplo, o telespectador é informado de que as negociações para a compra da sepultura avançaram, mas que em nenhum momento foi efetuado qualquer tipo de pagamento.

A forma de apuração de Eduardo Faustini não é convencional no jornalismo. Ele não age como um repórter do cotidiano e não se apresenta como tal. Pode-se considerar que Eduardo Faustini tem a capacidade de se “mimetizar” ao se disfarçar e adquirir para si características do personagem que está encenando. Ele se adapta a situações que não são de seu universo. No momento em que o repórter está se passando por outra pessoa, a partir do controle do corpo ele tenta ter o maior domínio possível da situação que está denunciando.

Com técnicas elaboradas durante toda sua experiência profissional, o repórter especial do programa *Fantástico*, da Rede Globo, adquiriu formas para conseguir mostrar a ação ilícita que está sendo denunciada na reportagem investigativa.

Entre as quatro reportagens analisadas, somente na reportagem “Máfia da venda de túmulos em cemitérios do Rio de Janeiro” Eduardo Faustini não utilizou a técnica de trazer o denunciado até o local onde câmeras e microfones foram instalados. Em “Corrupção em São Gonçalo” e “Corrupção em repartição pública”, por exemplo, câmeras foram instaladas escondidas nas salas, o que possibilitou obter imagens com enquadramentos diferentes. As salas onde as negociações foram feitas viraram verdadeiros estúdios para flagrar o esquema de corrupção revelado, o que demandou uma preparação de toda a equipe, principalmente do repórter. Na reportagem “Fraude nas bombas de combustível”, Eduardo Faustini leva o

denunciado até uma sala monitorada com câmeras escondidas, mas também utiliza a microcâmera oculta no corpo para denunciar a fraude.

É possível verificar também com a descrição do *corpus* de análise deste trabalho que a câmera oculta permite mostrar ao telespectador os denunciados explicando detalhadamente como funcionam os esquemas de fraude. Na reportagem “Corrupção em São Gonçalo”, por exemplo, o representante da empresa Marval Miguel Macedo chegou a fazer cálculos e dizer que se o município gastasse R\$ 40 milhões por ano com a saúde comprando material dele a comissão seria milionária. “R\$ 40 milhões por ano, vai dar em média quanto? Vamos botar 20%. Dá R\$ 8 milhões. Pode chegar até mais, pode chegar a 9 ou 10”, afirmou Macedo. É difícil acreditar que o envolvido nas denúncias iria explicar com tanta clareza as negociações para o jornalista se ele estivesse com uma câmera aberta e se identificasse como um repórter de um programa de televisão.

Em duas das quatro reportagens descritas, Eduardo Faustini trabalha em parceria com o jornalista André Luiz Azevedo. André Luiz Azevedo personifica a reportagem ao dar cara e voz à reportagem. Como o rosto de Eduardo Faustini nunca aparece nas reportagens, por motivos já explicados no capítulo 2 deste estudo, André Luiz Azevedo assume a função de, entre outras coisas, ir atrás “do outro lado”. Após a denúncia ser exibida, a reportagem sempre vai atrás dos denunciados para saber o que eles têm a dizer. É principalmente nesta hora que o repórter entra. Além de fazer a “passagem”, termo usado no jornalismo para quando o repórter aparece no vídeo com uma informação que complementa a reportagem, ele também ajuda na apuração da denúncia. As outras duas reportagens descritas são narradas em *off*, geralmente pelos apresentadores do programa, e não há presença de repórter no vídeo.

É importante ressaltar também a importância da imagem nas reportagens descritas. A busca pela qualidade da imagem é essencial, mas o conteúdo do que está sendo gravado muitas vezes prevalece. Na reportagem “A máfia da venda de túmulos em cemitérios do Rio de Janeiro”, por exemplo, as imagens veiculadas têm uma qualidade inferior se comparadas com a reportagem “Fraude nas bombas de combustível”. Porém, o áudio captado pela microcâmera na reportagem dos túmulos piratas traz ao telespectador toda a negociação que é feita para a compra de sepulturas irregulares comprovando o que está sendo denunciado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do conteúdo das quatro reportagens investigativas produzidas pelo jornalista Eduardo Faustini, no programa *Fantástico*, da Rede Globo, da entrevista com o jornalista Eduardo Faustini realizada em 15 de novembro de 2014 por telefone e da pesquisa teórico-metodológica para este trabalho, defende-se que a câmera oculta é um recurso bem utilizado pelo jornalista Eduardo Faustini, conhecido como o “repórter sem rosto”, juntamente com técnicas e práticas utilizadas pelo profissional, como a infiltração, para enriquecer as reportagens investigativas exibidas no programa *Fantástico*, da Rede Globo, e denunciar ações ilícitas na sociedade.

Ao analisar as quatro reportagens investigativas nota-se que não seria possível mostrar os atos ilícitos denunciados de outra forma, senão com a utilização da câmera oculta e com o recurso da infiltração. Nas reportagens “Corrupção em São Gonçalo” e “Corrupção em repartição pública” seria impossível que o repórter conseguisse mostrar o esquema de fraude nas licitações sem uma câmera oculta. Logicamente nenhum dos envolvidos iria explicar com tanta clareza as negociações ao repórter se ele estivesse com uma câmera aberta presente. Da mesma forma, nas reportagens “Fraude das bombas de combustível” e “A máfia da venda de túmulos em cemitérios do Rio de Janeiro” o uso da câmera oculta é justificável. Na reportagem que mostra como as bombas de combustível são fraudadas, o repórter André Luiz Azevedo explica como é o esquema e tenta mostrar com a câmera aberta como o consumidor é lesado, mas não consegue porque os funcionários do posto desativam o sistema de fraude com um controle remoto.

É compreensível também que o jornalista Eduardo Faustini não exiba o rosto durante as reportagens. O anonimato permite que o “repórter sem rosto” não seja conhecido e, por isso, ele consegue encenar personagens e se passar por pessoas em diversos tipos de funções. O anonimato também faz com que ele se proteja de ameaças feitas por pessoas denunciadas ou ligadas as denúncias. Um maior detalhe que Faustini dê sobre sua vida privada pode fazer com que ele e sua família sejam identificados pelas pessoas que o ameaçam.

O uso da câmera oculta nas reportagens investigativas produzidas pelo jornalista Eduardo Faustini, no programa *Fantástico*, da Rede Globo, é legítimo ao comprovar esquemas de fraudes e de roubo do dinheiro público e informar a população sobre este tipo de crime. Pode-se dizer que o “repórter sem rosto” exerce um propósito social com o jornalismo investigativo. Porém, deve-se ressaltar que o jornalista Eduardo Faustini, ao se passar por

outra pessoa e mentir para o denunciado, atua no limite ético do jornalismo. O denunciado, mesmo que esteja errado por cometer um ato ilícito, confia no “personagem” que Eduardo Faustini encena. Por isso, a forma que Eduardo Faustini faz as reportagens investigativas deve sempre ser analisada detalhadamente em conjunto com a chefia da Rede Globo. A emissora tem que ter o cuidado de saber avaliar se a reportagem, da forma que é realizada, está sendo veiculada para realmente prestar um serviço à população e informar um crime que está sendo cometido ou se a reportagem está sendo veiculada por mero sensacionalismo e para o crescimento da audiência do programa.

O rosto de Eduardo Faustini nunca aparece, mas o resultado de seu trabalho repercute no país inteiro por envolver denúncias contra pessoas públicas, que na maioria das vezes estão no poder executivo, legislativo ou judiciário. Muitas de suas matérias servem posteriormente como indícios para a abertura de inquéritos policiais. A função que “o repórter sem rosto” dispõe a fazer é de informar o ato ilícito. A partir da comprovação do crime pela exibição da matéria é que acontecem os desdobramentos da reportagem, mas daí isso já não é responsabilidade do repórter.

O jornalista Eduardo Faustini ficou conhecido principalmente pela credibilidade que adquiriu ao denunciar diferentes esquemas para roubo do dinheiro público. Além de muitos prêmios que ganhou, o trabalho do “repórter sem rosto” é respeitado por alguns órgãos públicos, como a Controladoria Geral da União, e na própria área do jornalismo.

Prova disso é que em 2 de novembro de 2014, Eduardo Faustini estreou a série “Cadê o dinheiro que estava aqui?”, no programa *Fantástico*, da Rede Globo. Faustini mais uma vez investiga denúncias de desvio de dinheiro público em cidades, grandes ou pequenas, de todo o país. Agora o programa *Fantástico*, da Rede Globo, pede também a colaboração dos telespectadores que enviem, por meio de um formulário no *site* do programa, denúncias sobre corrupção, má aplicação do dinheiro público, empresas de fachada, notas frias, preços superfaturados. A primeira reportagem exibida na série “Cadê o dinheiro que estava aqui”, em 2 de novembro de 2014, começou a investigar a denúncia de desvio de R\$ 9 milhões na cidade de Anajatuba, no Maranhão.

Essa série não compôs o *corpus* de análise deste estudo por ter sido lançada quando este trabalho estava em processo de conclusão. Sugere-se que os estudiosos da área de jornalismo possam prestar atenção na série “Cadê o dinheiro que estava aqui”, exibida no programa *Fantástico*, da Rede Globo, e possam seguir analisando o uso da câmera oculta em produções telejornalísticas investigativas na sociedade de forma responsável.

Acredita-se que esse novo espaço destinado para exibir as reportagens de Eduardo Faustini, no programa *Fantástico*, da Rede Globo deixará o “repórter sem rosto” em foco como nunca esteve antes. Faustini ficará mais conhecido tanto no âmbito acadêmico quanto dos próprios profissionais de imprensa que em muitos casos não o conheciam e irão se espelhar no seu trabalho. Também tem os “poderosos” que provavelmente estão se remexendo nas cadeiras com medo da próxima denúncia a ser exibida no programa e que provavelmente já colocaram o nome de Eduardo Faustini no topo da lista de “inimigos mortais”.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BISTANE, L., BACELLAR, L. **Jornalismo de TV**. São Paulo: Contexto, 2005.

COUTINHO, Iluska (orgs.); PORCELLO, Flávio; Vizeu, Alfredo. **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.

FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Labotexto, 2005.

JORGE, Thais de Mendonça. **Manual do foca: guia de sobrevivência para jornalistas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LOPES, Dirceu Fernandes; PROENÇA, José Luiz (orgs). **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.

MOUILLAUD, Maurice (org.). **O jornal: da forma ao sentido**. 2. ed. Brasília: UnB, 2002.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005.

SQUIRRA, Sebastião Carlos de Moraes. **Boris Casoy: o âncora no telejornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1993.

THOMPSON, JOHN B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VIZEU, Alfredo; MOTA, Célia Ladeira; PORCELLO, Flávio A. C. (Orgs). **Telejornalismo: a nova praça pública**. Florianópolis: Insular, 2006.

VIZEU, Alfredo (Org). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

REFERENCIAL EM FONTES ELETRÔNICAS

AHMED, Marcelo. PF intima 48 pessoas para depor sobre fraude em licitações. Disponível em: <<http://www.rioinformacao.com/2012/03/pf-intima-48-pessoas-para-depor-sobre.html>>. Acesso em: 31 out. 2014.

CAJAZEIRA, Paulo. O jornalismo colaborativo no telejornal com as novas tecnologias. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/nehete/simposio/anais/Anais-Hipertexto-2010/Paulo-Eduardo-Silva-Cajazeira.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

CORTEZE, Priscila; SANTOS, Marielle. Jornalismo Investigativo e o Trabalho dos Cortadores de Cana – Profissão Repórter. Disponível em:

<<http://www.unicentro.br/redemc/2010/Artigos/O%20JORNALISMO%20INVESTIGATIVO.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

DINIZ, Lilia. As câmeras ocultas no jornalismo. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/as_cameras_ocultas_no_jornalismo>. Acesso em: 15 nov. 2014.

GUTENBERG, Instituto. A câmera oculta é um recurso honesto do jornalismo? Disponível em: <<http://www.igutenberg.org/emqut14.html>>. Acesso em: 15 set. 2014.

KAISER, Millos. O cara sem cara da Globo. Disponível em: <<http://revistatrip.uol.com.br/revista/196/paginas-negras/o-cara-sem-cara-da-globo.html>>. Acesso em: 22 out. 2014.

KINDERMANN, Conceição Aparecida. A reportagem jornalística no Jornal do Brasil: desvendando as variantes do Gênero. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem). Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2003. Disponível em: <http://busca.unisul.br/pdf/69876_Conceicao.pdf>. Acesso em: 17 set. 2014.

KNEIPP, Valquíria. A identificação do Jornalismo Investigativo na televisão brasileira. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0865-1.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2014.

LEAL, Bruno. Reflexões sobre a imagem: um estudo de caso. Disponível em: <<http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/61/61>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

OGASAVARA, Rômulo; SANTOS, Silvio dos. Câmera escondida no telejornalismo. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2012/resumos/R30-1700-1.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

RANGEL, Rodrigo; COLON, Leandro. Novo vídeo mostra aliados de Arruda escondendo dinheiro até nas meias. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,novo-video-mostra-aliados-de-arruda-escondendo-dinheiro-ate-nas-meias,474143>>. Acesso em: 20 out. 2014.

RIBEIRO, Lavina Madeira; RENAULT, Letícia. O Imaginário no Telejornalismo e no Webjornalismo. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3389-1.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2014.

RODRIGUES. Danilo. Como foi o impeachment de Collor? Disponível em: <<http://mundoestranho.abril.com.br/materia/como-foi-o-impeachment-de-collor>>. Acesso em: 8 out. 2014.

SOUZA, Hugo. Opinião e Notícia. Disponível em: <<http://opinioenoticia.com.br/opinio/e-se-proibissem-a-camera-escondida-no-brasil/>>. Acesso em 15 nov. 2013.

SITES CONSULTADOS

Cronologia do Caso. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/infografico/platb/cronologia>>. Acesso em: 21 out. 2014.

Eduardo Faustini estreia série para investigar desvio de dinheiro público. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/11/eduardo-faustini-estrela-serie-para-investigar-roubo-de-dinheiro-publico.html>>. Acesso em: 3 nov. 2014.

Equipe do Fantástico é ameaçada e assaltada durante investigação. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/07/equipe-do-fantastico-e-ameacada-e-assaltada-durante-investigacao.html>>. Acesso em: 22 out. 2014.

Escândalo do Mensalão. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Esc%C3%A2ndalo_do_Mensal%C3%A3o#Estopim>. Acesso em: 21 out. 2014.

Ex-vereador de São Gonçalo e advogado são condenados por corrupção. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2003-jul-17/ex-vereador_advogado_sao_condenados_corrupcao>. Acesso em: 28 out. 2014.

Fantástico investiga denúncia de desvio de R\$ 9 milhões no Maranhão. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/11/fantastico-investiga-denuncia-de-desvio-de-r-9-milhoes-no-maranhao.html>>. Acesso em: 3 nov. 2014.

Fantástico mostra como é feita fraude em licitações de saúde pública. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/03/fantastico-mostra-como-e-desvio-de-dinheiro-em-um-hospital-publico.html>>. Acesso em: 31 out. 2014.

Memória Globo. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/programas-jornalisticos/fantastico/a-primeira-edicao.htm>>. Acesso em: 17 set. 2014.

Mensalão do DEM: deputado da 'oração da propina' é condenado. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/mensalao-do-dem-deputado-da-39oracao-da-propina39-e-condenado,939c0a43aa1da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 20 out. 2014.

Princípios editoriais das organizações Globo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2014.

Saiba quem são os 25 réus do mensalão que foram condenados pelo STF. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/listas/saiba-quais-reus-do-mensalao-ja-foram-condenados-pelo-stf.htm>>. Acesso em: 29 out. 2014.

ANEXO

Anexo 1 - CRACHÁ E CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO NO 8º CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRAJI



ISABELLA CALZOLARI



Patrocinia



PARTICIPANTE



GLOBAL INVESTIGATIVE JOURNALISM CONFERENCE

8ª Conferência Global de
Jornalismo Investigativo
5ª Conferência Latinoamericana de
Periodismo de Investigación/Colpin
8º Congresso Internacional da Abraji

ISABELLA CARNEIRO

Participou do 8º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo / 5ª Conferência Latinoamericana de Periodismo de Investigación / 8ª Conferência Global de Jornalismo Investigativo, evento com duração total de 21 horas e realizado na cidade do Rio de Janeiro, de 12 a 15 de outubro de 2013.

MARCELO MOREIRA
PRESIDENTE DA ABRAJI

DAVID KAPLAN
DIRECTOR GIJN

RICARDO UCEDA
DIRECTOR-EJECUTIVO IPYS

CESAR JACOB
DIRECTOR - DEPTO. COMUNICACIÓN SOCIAL
PUC-RIO